

ÁLVARES DE AZEVEDO, O FAUSTO E O MITO ROMÂNTICO DO ADOLESCENTE NO CONTEXTO POLÍTICO-ESTUDANTIL DO SEGUNDO REINADO

Vagner CAMILO*

Para Hélio Guimarães

- **RESUMO:** Este ensaio analisa a figura do adolescente na obra de Álvares de Azevedo, evitando a associação recorrente com a biografia do poeta e propondo entender tal figura como um **mito romântico literariamente construído**. O mito do adolescente é examinado, assim, à luz do ideário romântico, bem como do contexto histórico-político do Segundo Reinado (1840-1889), que se caracterizou pela transição do patriarcalismo para o individualismo moderno. Nesse contexto de transição, marcado mais por persistências do que por mudanças, o ensaio explora a posição política de AA em relação aos ideais liberais e ao modo como eles foram contraditoriamente encampados pela mocidade acadêmica de seu tempo. A posição do poeta se define pelo contraste entre a defesa empenhada dos ideais liberais e democráticos, presente em seus discursos e cartas, e a descrença absoluta, em sua produção poético-ficcional, quanto a viabilidade desses ideais à época. Essa atitude dúplice e seu fundamento histórico-político explicam a retomada, em sua obra, tanto do mito fáustico (mito do individualismo moderno), quanto do mito adolescente associado à tópica clássica do *puer-senex* ou *adulescens-senilis*.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Álvares de Azevedo. Adolescente. *Puer-senex*. Segundo Reinado. Fausto. Individualismo. Liberalismo.

The Child is father of the Man...
(WORDSWORTH, 2008, p.72).

Enfant par le corps et vieux par la pensée, j'avais tant lu, tant médité, que je connaissais métaphysiquement la vie dans ses hauteurs au moment ou j'allais apercevoir les difficultés tortueuses de ses défilés et les chemins sablonneux de ses plaines.

(BALZAC, 1859, p.17).

Um dos temas mais controversos na recepção crítica da obra de Álvares de Azevedo [AA] é, sem dúvida, o mito da *adolescência*, que gostaria de retomar

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. São Paulo – SP – Brasil. 01060-970 – vcamillo@usp.br

aqui em bases históricas e políticas, articulando-o, ainda, com a reescrita do mito fáustico pelo autor de *Macário*.

Tal controvérsia decorre, fundamentalmente, da associação biográfica que marcou boa parte dessa recepção desde o século XIX, quase sempre envolvendo, de modo ainda mais comprometedor, as implicações desse estatuto adolescente na representação do amor e do sexo na obra do poeta. Não é meu propósito historiar aqui toda essa recepção, mas me ater a seus momentos mais significativos, que marcaram, de fato, uma viragem no debate¹. Sem desconsiderar o polêmico “Amor e medo”, creio que o grande salto interpretativo se deu com as análises de Antonio Candido, cujo interesse pelo poeta da *Lira dos vinte anos* data de há muito, pois, em 1944, já começara a preparar um estudo comparativo sobre AA e Byron, a fim de concorrer a uma cadeira de literatura brasileira na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (CANDIDO, 1993a). Esse estudo foi preterido em favor de outro tema, mas não abandonado e, posteriormente, Candido publicou pelo menos quatro importantes ensaios que cobrem a produção em prosa e verso de AA². Esse conjunto significativo é, sem dúvida, um divisor de águas. Ninguém antes havia apreendido a complexidade da obra do poeta, rompendo com o mero encômio; com o lamento pelo potencial do gênio que poderia ter sido e não foi, devido à morte prematura (supostamente renunciada em poemas como “Lembrança de morrer”); e, sobretudo, com os riscos do biografismo, tanto maiores num movimento que pleiteava a íntima união entre vida e obra.

Desses riscos não escapou Mário de Andrade no primeiro estudo de fôlego não só sobre AA (embora com o foco centrado nele), mas sobre a psicologia dos nossos principais românticos. Para abordá-la, escora-se na psicanálise, que então debutava na seara da crítica literária como instrumental analítico. Em boa medida, a leitura promovida por Candido se faz em diálogo aberto com esse

¹ Por essa razão, não me ocupo de ensaios que, embora tratem diretamente da adolescência, persistem em uma associação biográfica ou em um tipo de abordagem psicológica ou psicanalítica que pressupõe tal associação, cujas implicações discuto na sequência deste artigo. Refiro-me a ensaios (arrolados na Referência) como o de Carlos Dante de Moraes (1960), ao lado de outros mais recentes, como os de Rita T. Russo (1995), J. Outeiral (2005) e Eloisa Aguiar (2001).

² São eles: “AA, ou Ariel e Calibã” (sem falar nos comentários sobre o ensaísmo azevediano, em outro capítulo da mesma obra, “A crítica viva”); a introdução a *Os melhores poemas de AA*; a análise cerradíssima de “Meu sonho”, em “Cavalgada ambígua” e o estudo da prosa e do teatro, “A educação pela noite”. Além desses, há outros estudos de Candido em que a produção azevediana não é focalizada diretamente, mas iluminada à contraluz, como o exame da boêmia semilendária paulistana do Romantismo em “A literatura na evolução de uma comunidade”. Ainda em perspectiva, a análise da “Poesia pantagruélica”, embora centrada na dita produção poética irregular de Bernardo Guimarães, não deixa de tocar em questões relevantes para os que estavam a sua volta, como AA. Não se pode esquecer também a menção ao poeta nas sínteses de cunho didático, como *Iniciação à literatura brasileira* e *O Romantismo no Brasil*, que retomam em breves linhas as teses centrais sobre a obra azevediana. (Para as referências completas dos ensaios citados, vide bibliografia.)

ensaio de Mário, do qual, por um lado, endossa algumas hipóteses e, por outro, corrige ou rejeita categoricamente outras. É o que se vê em nota ao capítulo sobre o poeta na *Formação*, seu primeiro esforço de interpretação da **poética** azevediana:

Esta discussão sobre o problema da contradição entre a atitude erótica e a renúncia ao ato sexual enquanto ato de amor, **mas não necessariamente à prática do mesmo como função orgânica**, parte, como o leitor deve ter percebido, do estudo clássico de Mário de Andrade, “Amor e Medo” [...]. Divirjo todavia do grande escritor [...] no tocante às conclusões a que chega sobre as abstenções sexuais do poeta, que ele afirma com fundamento na análise psicanalítica e me parece não apenas sem importância, como de certa forma à margem do problema. O seu estudo permanece todavia intacto pela importância do ponto de vista e da discussão, constituindo certamente o melhor e mais fecundo trabalho escrito até o presente sobre a psicologia dos românticos brasileiros. (CANDIDO, 1981a, p.184).

Por conta dessa divergência, vale lembrar brevemente os principais argumentos e conclusões de Mário de Andrade. Publicado em 1931, em número da *Revista Nova* dedicada a AA, o estudo tende a desconsiderar a dimensão da convenção e da construção literárias em favor do psicobiografismo, ao tratar notadamente daquilo que denomina de **medo de amar**: a não-consumação do ato sexual tal como figurada em vários poemas dos principais românticos brasileiros. Muito embora o crítico tenha encontrado no poema “Amor e medo”, de Casimiro de Abreu, a denominação adequada, ele reconhece em AA a expressão mais eloquente e dilacerada desse temor do sexo, chegando a falar de uma “verdadeira fobia sexual”, cuja razão de ser é atribuída, em suma, à educação entre saias, à relação edípica do poeta com a mãe e, simultaneamente, ao amor excessivo e suspeito devotado à irmã Maria Luísa. O crítico busca a comprovação disso em episódios biográficos associados, por exemplo, ao embaralhamento das referências à mãe e à irmã ao falar da (ou com a) amada na poesia lírica, bem como a certas imagens da obra de AA ligadas à maternidade e a relações fraternais. É o caso da presença de um feto em “Boêmios”, da cena de um rapaz morto embalado no colo da mãe (em *Macário*) e no da amante (em “Poema do Frade” e “Glória Moribunda”), além das relações incestuosas entre dois irmãos em *Noite na Taverna*. Observa ainda o crítico:

À mãe ele dedica a *Lira dos Vinte Anos*, e o faz em versos de grande importância psicológica, indicando que o livro oferecido é a volta do poeta ao seio materno, pela imagem da árvore cujas flores esfolhadas tombam sobre o chão que deu vida a ela. Essa aspiração de retorno ao seio materno me parece fundamentalmente característica da matéria psicológica de AA. (ANDRADE, 1974, p.219).

Mário de Andrade desconsidera o fato de muitas dessas imagens transgressoras serem recorrentes no romantismo europeu, fazendo parte de uma **convenção** (por mais estranho que pareça falar de convenção a respeito desse movimento) que representa, por exemplo, o grotesco através de vários tipos de perversão e degradação humanas, como incesto, necrofilia etc. O crítico, entretanto, prefere tomar tais imagens como expressão ou, antes, psicanaliticamente falando, como **sintoma**. Um dos argumentos mais fortes de seu ensaio se relaciona a uma das representações indiretas ou **lateralidades** do **medo de amar**: a concepção azevediana dos modelos femininos, encarnados pela mulher virginal, imaculada e divina; por seu oposto, a mulher prostituída e vulgar; e por um terceiro modelo, a mulher fria, quase sádica e estéril, representada por “Lélia”. Ele praticamente desconsidera esta última (nada além da encarnação da *femme fatale* examinada por Praz, 1996 e Gay, 1990), para se deter nos dois primeiros modelos, nos quais reconhece um mecanismo criado por AA para evitar a realização poética do ato sexual, já que são modelos de mulheres intangíveis, seja pela pureza do primeiro, seja pelo caráter desprezível do segundo: “Todas as mulheres que vêm na obra de AA, si não são consanguineamente assexuadas (mãe, irmã), ou são virgens de quinze anos ou prostitutas, isto é, intangíveis ou desprezíveis.” (ANDRADE, 1974, p.204).

Soma-se a isso o fato de elas estarem frequentemente **dormindo**, configurando um verdadeiro complexo de **bela adormecida**³, o que, para Mário, impossibilita ainda mais a posse física. Eugênio Gomes trataria de refutar este último aspecto, alegando que a imagem da mulher adormecida é recorrente em muitos românticos europeus, inclusive Musset – também lembrado por Mário, mas sem ver nisso um empecilho para sua hipótese – e, segundo consta, não se poderia atribuir minimamente um temor dessa ordem ao conhecido amante de George Sand (Cf. GOMES, s/d). O próprio AA, vale lembrar, na sua tradução comentada de *Jacques Rolla*, chega a examinar esse tipo de representação feminina em Musset, chamando a atenção para “a forma infantil da adormecida” (AZEVEDO, 1942, p.293).

Os problemas postos pelo psicobiografismo de “Amor e medo” só começariam a ser suplantados por Candido, cuja contribuição decisiva pode ser definida por três movimentos contínuos: (1) a distinção (óbvia, embora fonte de equívocos frequentes) entre a pessoa de AA e a *persona* adotada na obra; (2) o deslocamento do suposto conflito encenado nos versos da esfera da subjetividade ou do psiquismo do poeta para o plano interno, constitutivo da **criação**, rompendo assim com a base do biografismo crítico e traduzindo tal conflito em termos de uma **poética** consciente e **programaticamente** traçada no famigerado prefácio da 2ª parte da *Lira* e em outros momentos da poesia e da prosa azevedianas; e (3) a articulação

³ E, de fato, o velho conto de fadas pode ser evocado como um dos paradigmas da representação feminina na poesia de AA, conforme veremos adiante, ao comentar “Cantiga” da *Lira dos vinte anos*.

dessa poética com uma tendência maior da escola romântica, expressa pelas teorias dos opostos, pelo choque de contrários, pela filosofia do belo-horrível. Mais especificamente, Candido trata de aprofundar o exame do conceito azevediano de **binomia** e de articulá-lo com as diversas formulações da estética **dissonante** do período – dissonância que, vale lembrar, fez do Romantismo o momento inaugural de certo padrão **estrutural** de modernidade poética, como o reconheceu Hugo Friedrich em célebre estudo (1978).

No primeiro caso, Candido examina a arquitetura contrastiva das partes da *Lira*, demonstrando como comparecem em ambas os mesmos temas e motivos, mas em registros opostos (sentimentalismo *x* prosaísmo; idealização *x* humor, ironia; elegíaco *x* satírico; elevação *x* rebaixamento...). Demonstra, em seguida, como se dá a reposição dessa mesma poética dissonante em outros momentos da obra, conferindo coerência ao conjunto, como se vê, por exemplo, em *Macário*, onde tal dissonância comparece na estruturação da peça, no jogo de cena e, sobretudo, no contraste vivamente representado pelas cosmovisões e pelos modos de ser dos principais personagens (Macário-Penseroso-Satã), interagindo na peça como desdobramentos de uma mesma personalidade cindida. Candido não chega a aproximar a **binomia** azevediana de uma concepção estética em particular, mas se refere à tendência geral, de qualquer modo abrindo caminho para abordagens posteriores que viriam a investigar a maior ou menor afinidade seja com as formulações de Schiller na *Poesia ingênua e sentimental*, seja com as de Victor Hugo, no **escrito programático** do romantismo francês: a **teoria do sublime e do grotesco**, no prefácio do *Cromwell*, com a qual dialogariam também outros autores caros a AA, como Musset e Heine⁴. Apoiando-se nessas mesmas teorias, Candido fundamentará certos recursos estilísticos (como o registro prosaico e o humorístico mesclados ao sentimental) e processos de composição (o uso do **fragmento**, por exemplo), o que ajuda a estabelecer a unidade e a coerência de seu programa dissonante tanto no plano da matéria abordada e da visão de mundo, quanto no do tratamento formal dispensado a elas. Finalmente, o outro aspecto decisivo da abordagem de Candido diz respeito ao que mais nos interessa aqui: a definição do estatuto **adolescente** da **persona forjada** por AA. Diz ele a respeito, em “AA, ou Ariel e Calibã”:

Se o Romantismo foi um movimento de adolescência, ninguém o representou mais tipicamente no Brasil [**do que AA**]. O adolescente é muitas vezes um ser dividido, não raro ambíguo, ameaçado de dilaceramento, como ele, em cuja personalidade literária se misturam a ternura casimiriana e nítidos traços de perversidade; desejo de afirmar e submisso temor de menino amedrontado; rebeldia dos sentidos, que leva duma parte à extrema idealização da mulher e, de outra, à lubricidade que a degrada. (CANDIDO, 1981a, p.178).

⁴ Cf. Camilo (1997). Quanto à aproximação com Schiller, ver Bosi (1985), e Alves (1998).

No prefácio a *Os melhores poemas de AA* e em outros ensaios, Candido retoma a questão e fundamenta o conflito adolescente decorrente da iniciação amorosa dentro de uma sociedade cristã na qual o sexo é profundamente marcado pelo senso do pecado. A esse estatuto, vão se articular, num todo coerente, não só o embate entre o amor espiritual e a posse física, mas também o fascínio do conhecimento e o ardor com que o poeta se atira aos livros; a eleição e o diálogo mais próximo com obras de autores românticos em que o mito do jovem ou do adolescente comparece com força, como Musset e o autor de *Childe Harold*; o misto curioso de “frescor juvenil e fatigada senilidade” com que se apresentam o eu lírico e muitos dos heróis forjados por AA; e até mesmo certa ambiguidade, inclusive sexual, diz o crítico, que leva à androginia dos jovens que comparecem em *Macário*, *O Conde Lopo* e *O Poema do Frade*, além da mulher travestida em “Um cadáver de poeta”. Isso sem falar na insistência com que o eu lírico dos poemas e demais *personae* criadas por AA se referem a eles mesmos, bem como a seus hábitos e pertences emblemáticos, nos quais é possível identificar esse perfil adolescente. Por último, pode-se ainda fundamentar essa identidade em associação com o contexto boêmio-estudantil representado não só pelo ambiente acadêmico paulistano de fato, mas também por aquele literariamente construído, que já busquei examinar em outro momento, partindo dos estudos de Candido sobre “A literatura na evolução de uma comunidade” e “A poesia pantagruélica” (CAMILO, 1997).

Essa relevância atribuída à adolescência na configuração da obra azevediana viria, porém, a ser contestada pela crítica mais recente, tendo em vista, particularmente, sua articulação com a especificidade da vivência amorosa representada em verso e prosa por AA. É o que ocorre, por exemplo, no estudo de Cilaine Alves, que não só refuta as interpretações psicologizantes de Mário de Andrade, como também discorda de certos aspectos da análise de Antonio Candido, por ela denominada de “psicoestilística”. Embora concorde em ter sido este o primeiro a dar o devido destaque à teoria da **binomia**, definindo-a como uma das singularidades da poesia de AA e como a própria essência do pensamento do poeta que sintetizaria o espírito do individualismo romântico, Alves discorda do critério, adotado por Candido, da “adolescência como fator interno à obra”:

Apesar de destacar vários aspectos de ordem estilística na obra alvaresiana, Antonio Candido, ao relacionar interpretativamente a adolescência do poeta com o aspecto temático do poema (...), privilegia ainda o critério biográfico para sua elucidação. Entendida dessa forma, a adolescência é fonte originária dos conflitos e das angústias da subjetividade lírica, ou, como ele prefere, a expressão dos “dramas íntimos” torna-se uma consequência direta do fato de o poeta ser um adolescente. [...] Ao tratar a obra de AA como expressão dos dramas íntimos diretamente relacionados com seu estágio adolescente, Antonio Candido minimiza o fato de que a exploração da intimidade nessa poesia vincula-se à tendência da literatura moderna de tomar a arte como

expressão dos sentimentos da subjetividade. Há que se considerar ainda o fato de que não há dados concretos que permitam afirmar, com segurança, que a adolescência ocorre de maneira estanque numa mesma faixa etária no decorrer da história. Além disso, não existe nenhuma biografia satisfatória de AA que nos permita fazer uma associação segura entre sua faixa etária e o momento em que escreveu sua obra, não sendo nem mesmo provável que tenha escrito toda ela unicamente durante o “estágio da adolescência” (ALVES, 1998, p.64-66).

Para a ensaísta, em vez do temor adolescente do sexo, a figuração do amor na obra de AA seria, na verdade, a retomada da representação do **eterno feminino** goethiano, tão cara ao imaginário romântico. Como ela mesma lembra, essa aproximação já havia sido estabelecida antes por José Veríssimo, que afirma, sobre AA, em sua *História da Literatura Brasileira*: “Só lhe interessa a mulher, ‘o eterno feminino’ de que foi talvez o primeiro a ter aqui o sentimento à maneira goethiana, e que o absorve e o alucina”. (VERÍSSIMO, 1929, p. 296). Mas o fato é que, para Veríssimo, o reconhecimento dessa concepção goethiana não parece entrar em contradição com o estatuto adolescente, como se pode constatar em um de seus *Estudos de Literatura Brasileira*, no qual, entretanto, acaba por descambar para o extremo oposto, recorrendo a uma explicação naturalista problemática para o fato de o “amor **adolescente**” não alçar em AA à dimensão da sublimação petrarquista que o transformaria em estímulo à criação, em virtude da perversão precoce que é fruto não só das leituras de Byron e Musset, mas, inclusive... do convívio promíscuo que a escravidão propiciava⁵!

Não é meu propósito aqui examinar a configuração amorosa da lírica de AA, embora reconheça que, sem desconsiderar a pertinência da aproximação com o eterno feminino, reivindicada com razão pela autora de *O belo e o disforme*, seria possível, mesmo assim, sustentar a hipótese de amor adolescente. Basta lembrar que no clássico estudo sobre a concepção idealizada do amor no imaginário ocidental, no qual a própria Cilaine Alves busca apoio teórico, Denis de Rougemont (1988, p.91, grifo nosso) sustenta essa aproximação, ao notar que o “[...] amor cortês se assemelha ao amor ainda casto – embora mais ardente da **primeira adolescência**”. É ele ainda quem, ao tratar do papel de **exutório** dessa

⁵ “Para que a paixão amorosa se transforme em um estímulo estético e seja realmente criadora, é preciso que se não balde no anseio do amor, mas se realize, se objetive. Só assim pode ela de fato excitar as forças idealizadoras do poeta e, por uma espécie de depuração de seu egoísmo, idealizar-se até a generalização do sentimento universal. O alto lirismo de um Camões, de um Petrarca e, não duvido dizer, de um Dante, não procede de outra fonte. Essa depuração não teve tempo de se fazer em AA, e **no seu amor adolescente, precocemente pervertido** pelos tipos dos amorosos de Byron e Musset, havia muito de sensualidade carnal que nessa idade, e em nossos brasileiros, criados na promiscuidade excitante e provocadora das mucamas, é a feição dominante da paixão amorosa” (VERÍSSIMO, 1977, p.31, grifo nosso).

concepção de amor no ocidente, fala do conflito vivido pelo **adolescente burguês** entre duas morais que tornam casamento e paixão essencialmente incompatíveis: educado para o casamento, esse **adolescente burguês** vive, ao mesmo tempo, imerso numa atmosfera romântica proporcionada por suas leituras e pelo meio cultural e artístico onde vive, que apresentam a paixão como experiência suprema pela qual todo homem deve um dia passar para conhecer a vida em sua plenitude (ROUGEMONT, 1988). A dimensão **civilizadora** desse ideal amoroso ajuda, aliás, a compreender melhor o papel que ele também desempenhou no Brasil, pois, segundo Maria Ângela d’Incao, seria no correr do século XIX que a sociedade patriarcal assistiria a uma mudança na sensibilidade em relação ao amor e à sexualidade, levando a um afastamento dos corpos, que passaram a ser mediados por um conjunto de regras prescritas pelo amor romântico. Essa mudança teria sido parte de um movimento mais geral na sociedade, marcado por um afastamento e isolamento do homem moderno em relação à comunidade e a grupos de convivência⁶.

Por outro lado, seria preciso considerar, também, certas contribuições legadas pelo passado literário que convergiram para a concepção do amor romântico, relacionando-o a esse estatuto juvenil, tal como faz Marshall Brown, por exemplo, ao examinar a persistência da tradição anacreônica nos séculos XVIII e XIX, observando que a lírica romântica preservou, justamente, uma **dimensão infantil** típica de tal tradição na concepção de um amor maior que tudo e que resiste aos interesses e à domesticação das paixões, decorrentes da ascensão do racionalismo econômico. E não se pode deixar de notar que AA chega a se referir expressamente a Anacreonte em poemas como “Pensamentos dela”⁷.

Comentários sugestivos como esses de Brown e Rougemont poderiam ser desdobrados no caso de AA, a fim de repor a discussão entre amor e adolescência em outras bases. Mas isso demandaria um esforço de análise impensável aqui e, por isso, deixo apenas indicado um caminho possível. Por ora, repito, interessa-me tão-somente considerar a configuração desse estatuto juvenil em parte significativa

⁶ Os reflexos desse trânsito são examinados por Maria Ângela d’Incao (1989) na ficção do período, contrastando, por exemplo, a representação do amor no romance de Manuel Antônio de Almeida e no de Macedo – com este último, em particular, pondo em questão (na discussão travada entre Fabrício e Augusto no capítulo II de **A Moreninha**) a concepção do amor (ultra-)romântico em associação direta com o universo estudantil, o que remete de pronto a AA. Vale ainda aproximar dessa análise, os comentários de Sérgio Adorno (1988) sobre o papel conferido à literatura como forma de educação sentimental mediante à “domesticação” dos sentimentos pela razão (o que envolve decerto essa concepção idealizada de amor), na verdadeira cruzada civilizatória promovida pelos estudantes no periodismo acadêmico da época de AA.

⁷ O ensaio de Brown (1999, p.373-404) discute com o livro de Hirschman (1979) em torno da retomada dessa concepção de amor grandioso, nobre, em consequência do sentimento de vazio, tédio e mesquinhez associado às paixões subjugadas pela ordem burguesa que, de acordo com a crítica romântica, tornava a época extremamente pobre em relação às anteriores.

da obra azevediana, demonstrando como se trata de uma convenção romântica concebida com um determinado fim em contexto europeu e que pode ter sido resignificada aqui, em vista de certas particularidades históricas e políticas exploradas adiante.

Reverberações da adolescência na obra azevediana

Na discussão com a leitura de *Candido*, vimos que Alves alegava discordância da adolescência como fator interno à obra, sendo antes projeção exterior, de cunho biografizante. Mas não se pode esquecer o que já advertia o crítico a propósito de AA em passagens como esta, da *Formação*:

Não desejo, nem de leve, sugerir nele qualquer incapacidade, desvio ou anormalidade efetiva, mesmo porque **estou me referindo ao poeta que, em suas obras, fala em primeira pessoa; não ao homem AA, necessariamente. A sua obra exprime, com a força ampliadora da arte, a condição normal do adolescente burguês e sensível em nossa civilização**, mais acentuada ou prolongada nuns do que noutros: a dificuldade inicial de conciliar a idéia de amor com a de posse física. Sob este aspecto ele é o adolescente, exprimindo um drama inerente à educação cristã, que tem sido ao mesmo tempo fator dos mais graves desajustes individuais e estímulo para as mais altas sublimações da arte (CANDIDO, 1981a, p.184, grifo nosso).

Candido visa, portanto, extrair de uma representação particular – dissociada da biografia, pois o eu que fala em 1ª pessoa não se confunde com o homem AA – um estatuto mais amplo e geral de uma determinada faixa etária, dentro de uma classe social específica: é o adolescente burguês e sensível dentro da sociedade oitocentista, na qual a educação marcadamente cristã conferia ao sexo uma aura de pecado – explicação, aliás, que segue muito próxima à de Rougemont, mencionada anteriormente.

Para atestar que esse retrato adolescente se constitui **internamente** à obra, sem ter de recorrer a qualquer referência externa à figura do poeta, talvez não seja de todo ocioso destacar algumas dessas representações poético-ficcionais, antes de prosseguir com a análise. Começo pela prosa, talvez mais evidente porque o estatuto adolescente se configura aí de forma mais objetiva, em um personagem.

Em *Macário*, a primeira menção ao estatuto do protagonista é feita pelo empregado da estalagem que cuida de carregar as malas do “moço que parece estudante”. O próprio Macário trata de se apresentar nesses termos:

Pois **eu sou um estudante**. Vadio ou estudioso, talentoso ou estúpido, pouco importa. Duas palavras só: amo o fumo e odeio o Direito Romano. Amo as mulheres e odeio o romantismo (AZEVEDO, 2002b, p.19, grifo nosso).

Numa caracterização decisiva e algo paradoxal do personagem, cujo significado subjacente será explorado no final deste ensaio, diz o Desconhecido, que depois saberemos tratar-se de Satã:

Falas como **um descrido**, como **um saciado!** E **contudo ainda tens os beijos de criança!** Quantos seios de mulher beijaste além do seio de tua ama-de-leite? Quantos lábios além dos de tua irmã? (AZEVEDO, 2002b, p.19-20, grifo nosso).

E ao indagar pela idade deste (“Na verdade és belo. Que idade tens?” (AZEVEDO, 2002b, p.22), receberá de Macário uma resposta condizente com esse aparente paradoxo:

Vinte anos. Mas meu peito tem batido nesses **vinte anos** tantas vezes **como** o de um outro **homem em quarenta.** (AZEVEDO, 2002b, p.22, grifo nosso).

Nota Satã, a respeito da idade:

Ter **vinte anos** e nunca ter amado! E para quando esperas o amor? (AZEVEDO, 2002b, p.23, grifo nosso).

Ao que Macário responde, irônico:

Não sei. Talvez eu ame quando estiver impotente! (AZEVEDO, 2002b, p.23).

Mais adiante, Satã se mostra surpreso com a devassidão de Macário, evidenciando qual era a expectativa em relação à faixa etária deste:

Admira-me uma coisa. Tens vinte anos: deverias ser puro como um anjo e és devasso como um cônego! (AZEVEDO, 2002b, p.26).

No segundo episódio, Penseroso, o duplo angelical de Macário, buscando dissuadir este do sentimento de morte que o assola, diz:

Morrer! tão moço! E não tens pena dos que chorarão por ti? [...] Pobre moço! não amas! (AZEVEDO, 2002b, p.57).

Satã, reaparecendo justamente nesse momento, vem para amparar Macário quando este desfalece e, carregando-o nos braços, dirá, em trecho marcado pela nota de homoerotismo já assinalada por Candido:

Vamos... E como é belo descorado assim! com seus cabelos castanhos em desordem, seus olhos entreabertos e úmidos, e seus **lábios feminis!** Se eu não fora Satã eu te amaria, **mancebo...** [...] Vou deitá-lo num leito macio. Daqui a pouco seu desmaio passará. É um **efeito do ar frio da noite sobre uma cabeça infantil ardente de febre.** (AZEVEDO, 2002b, p.61, grifo nosso).

Não só a ambiguidade sexual, mas também a compleição flébil da personagem se ressentindo com a friagem noturna pode ser característica dessa faixa etária. Como idade de transição, é compreensível que o imaginário adolescente oscile entre as referências juvenis e as reminiscências infantis. Daí a imprecisão ou oscilação das menções feitas aos personagens da peça (moço, mancebo, rapaz, jovem, infante, criança...), que persistirão no restante da obra⁸. Outra motivação histórica para essa imprecisão etária será vista adiante, com Jauss.

Entre parênteses, vale notar que a faixa etária do protagonista (como ocorrerá em outros momentos da obra) está também em correlação com a idade da nação (conforme a conhecida tese herderiana, então em voga, que equiparava a idade dos povos à dos homens). É o que se vê no seguinte argumento de Penseroso:

Não sentiu ele àquela sua **nação infante** que se embala nos hinos da indústria européia como Júpiter nas cavernas do Ida e no alarido do Coribantes – tem futuro imenso? (AZEVEDO, 2002b, p.71-2).

Ao otimismo e crença juvenil de Penseroso responderá Macário:

Escuta-me ainda. O autor deste livro **não é um velho**. Se não crê é porque o ceticismo é uma sina ou um acaso, assim como é às vezes um fato de razão. As cordas daquela lira foram vibradas por **mãos de moço**, mãos ardentes e convulsas de febre... talvez de inspiração... (AZEVEDO, 2002b, p.74, grifo nosso).

A essa resposta, Penseroso torna a se lastimar (“Não crer! E tão moço! Tenho pena de ti.” (AZEVEDO, 2002b, p.75), tentando ainda, em vão, dissuadir Macário de tamanho ceticismo: “Mas nós, mas tu e eu que somos moços, que sentimos o futuro nas aspirações ardentes do peito, que temos a fé na cabeça e a poesia nos lábios, a nós o amor e a esperança: a nós o lago prateado da existência.” (AZEVEDO, 2002b, p.78). Mais para o fecho da peça, dirá ainda Satã a Macário: “És uma **criança**. Ainda não saboreaste a vida e já gravitas para a morte. O que te falta?” (AZEVEDO, 2002b, p.92, grifo nosso).

Tais fragmentos, creio, bastam para atestar esse estatuto juvenil do protagonista. Por isso poupei o leitor de citar os frequentes epítetos com que Macário e seu duplo são referidos em outras tantas passagens. Em vez disso, prefiro promover um rápido passeio pela poesia para ver como esse estatuto se confirma e chamar a atenção a certos aspectos dessa imagem adolescente que corroborem as hipóteses aqui aventadas. Na poesia, é certo, como está ligada à voz lírica, essa identidade juvenil

⁸ No caso da ambigüidade entre termos como adolescência e juventude, não custa lembrar que, ainda hoje, essas faixas etárias tendem a se sobrepor, pois a OMS, por exemplo, considera adolescente o indivíduo entre os dez e os dezenove anos, enquanto o jovem se situa entre quinze e vinte e cinco anos.

se torna um pouco mais difusa. Vou me ater, entretanto, a algumas referências mais diretas, sem me aventurar por outras menos evidentes que, no entanto, poderiam também contribuir para reconstituir o contexto de enunciação e a identidade do **eu** que se enuncia nos versos.

O título, por si só, já diz muito, pois não é à-toa que a *Lira* seja *dos vinte anos*. Reiterada também em mais de um momento, como em *Macário*, é precisamente essa idade do eu lírico que, em “Tarde de outono”, por exemplo, vai conferir a aura excepcional de beleza da amada. A menção aos vinte anos volta ainda em poemas como “Saudades” e “Idéias íntimas”, mas há outros aspectos relacionados a esse estatuto adolescente na 1ª parte da *Lira* que interessa destacar.

É o caso, em particular, de um poema como “Cantiga”, que me parece ocupar uma posição central na definição da poética do livro. Isso porque ele reescreve em versos o conto de fadas que trata da figura paradigmática da representação da mulher amada em AA: a **bela adormecida**, como o poeta trata de explicitar em pelo menos dois outros momentos, de *Macário*⁹ e de “Idéias íntimas”. O caráter lendário e o tom singelo dos versos de “Cantiga” apontam para esse imaginário infantil, reforçado pela visão da amada e do eu lírico que lhe dirige o convite amoroso (“Acorda minha donzela, / soltemos da **infância** o véu...” (AZEVEDO, 2002a, p.114)). Trata-se de uma das mais belas versões do conto entre nós, descontada talvez a posterior, de Alberto de Oliveira, que, em “Fantástica”, fiel aos preceitos da escola parnasiana, nada preserva do registro singelo de AA, recorrendo à reificação das palavras, mais adequada à descrição suntuosa da **torre de marfim** em que a princesa se mostra encerrada.

Ainda na 1ª parte da *Lira*, as menções à condição e aos atributos do jovem mancebo aparecem também em “*Anima mea*”, “Hinos do profeta”, “Saudades” (inclusive na epígrafe de Byron), “A harmonia”, “Vida”, “Tarde de verão” e, é claro, “Lembrança de morrer”, configurando a temática do “luto púbere” (como diz Haroldo de Campos (1977, p.223), embora em chave depreciativa). Antes de passar à 2ª parte, há uma última observação a fazer a respeito daquela fusão antitética do jovem com o velho, já assinalada em *Macário*. Ela reaparece no contexto da *Lira* em poemas como “Lágrimas de sangue” e “Saudades”:

A dor me envelheceu.
O desespero pálido, impassível
Agoirou minha aurora entristecida,
De meu astro descreu.
Oh! se eu pudesse amar! Mas não: agora
Que a dor emurcheceu meus breves dias... (AZEVEDO, 2002a,
p.128)

⁹ “Que Deus a tivesse criado adormecida n’alma até ver-me, como aquelas princesas encantadas dos contos – que uma fada adormecera por cem anos”. (AZEVEDO, 2002b, p.24).

Foi por ti que num sonho de ventura
A flor da mocidade consumi,
E às primaveras digo adeus tão cedo
E na idade do amor envelheci! (AZEVEDO, 2002a, p.116)

Passo à 2ª parte da *Lira*, onde a imagem do jovem ou adolescente marca presença em passagens de “Um cadáver de poeta”, em “Os boêmios” e na série *Spleen e Charutos*, com o eu “garboso e rapaz” de “Vagabundo”. Quanto a “Idéias íntimas”, sem dúvida um dos maiores poemas de AA e, mesmo, de todo o Romantismo, nem é preciso falar o quanto se recorta aí a identidade do eu adolescente, nos bens caoticamente dispostos pelo *espace étroit* da república estudantil¹⁰. Quanto aos poemas que integram a **continuação** da *Lira*, afinados ainda com a dicção irônica ou humorística da 2ª parte, há o soneto que trata de um **mancebo** que “no jogo se descora” e que vê sua imagem se espelhar na de outros tantos: “Quantos moços perdidos vejo agora!”. Já entre os poemas que se afinam com o tom da 1ª parte, mencione-se: “Lágrimas da vida” (inclusive pela epígrafe de Gautier); “Lembrança dos quinze anos”; os belíssimos versos meditativos de “Panteísmo”; “Desânimo”; “Pálida virgem”; “Minha musa”; “12 de Setembro”; e, entre outros, “Oh! Não maldigam!”.

Creio que as passagens mencionadas desses dois livros são suficientes para atestar a centralidade da representação do mito adolescente internalizado na obra azevediana, sem ter de recorrer a um inventário exaustivo das demais obras. Passo às considerações sobre o imaginário adolescente no romantismo europeu.

O eu romântico e o egoísmo adolescente como heroísmo trágico

Com relação a esse estatuto **adolescente** configurado no conjunto da produção azevediana, que responde pela coerência da visão de amor e de mundo por ele instituída, é preciso reiterar que ele **não** mantém qualquer relação com a **pessoa** do poeta, não importando, portanto, saber em qual(is) fase(s) de sua curta vida foram compostos seus vários poemas e escritos em prosa. Trata-se, repito, de um **mito** romântico, **literariamente construído**, como foi o **índio** para a primeira geração, beneficiando-se quem sabe até da mesma matriz rousseauiana, que chega a falar da adolescência, no *Emílio*, como um **segundo nascimento**, marcado por instabilidades, crises, alterações de humor e rebeldia (ROUSSEAU, 1999). Enquanto **construção mitológica**, é claro, ele não resiste à prova da confrontação com o real, não cabendo, portanto, indagar sobre a maior ou menor veracidade da imagem cunhada pelos românticos em face da realidade da adolescência à época.

¹⁰ Examinei detidamente o poema sob esse aspecto entre outros tantos que justificam sua qualidade excepcional em “Devaneios de um estudante solitário” (CAMILO, 1997, p.75-96).

Basta, nesse sentido, lembrar observações como esta, de Hans Robert Jauss, para ver como esse tipo de indagação é irrelevante:

O conjunto de tempo vivido desde o nascimento até a morte [...] não está subdividido por cesuras cronológicas expressas em anos, mas se mostra articulado pela oposição simbólica tradicional entre **juventude** e **velhice**, opondo, por sua vez, **juventude** e **infância**. A essas fases correspondem modelos comunicativos que estabelecem dois umbrais entre o menino e o jovem [...] e [...] entre a **idade risonha dos amores** e o matrimônio [...]. O eixo biográfico de relevância mostra, pois, não só uma infância estabelecida como mundo específico com suas normas próprias, cujo descobrimento remonta a Rousseau no que concerne à pedagogia e a Victor Hugo na lírica. Atesta também que a puberdade, da qual Rousseau fez para a consciência coletiva o umbral de um “segundo nascimento”, foi convertida em fase específica da existência, com uma duração e normas próprias. A extensão da adolescência varia conforme os modelos líricos: pode ir da poesia do “primeiro amor” até a prosa da vida conjugal, passando pelo umbral do matrimônio, mas pode também englobar os registros antitéticos do **verde paraíso dos amores infantis** e de uma juventude, **apenas uma tormenta tenebrosa**, para acabar com o adeus que o homem de trinta anos dirige ao “sonho da juventude” (JAUSS, 1989, p.273, grifo nosso).

Do ponto de vista da história das mentalidades, Philippe Ariès demonstrou como a adolescência permaneceu praticamente ignorada durante toda a Idade Média e na maior parte do *Ancien Régime*, de modo que a criança era lançada sem transição no mundo do adulto, sendo confundida com e tratada como ele¹¹. Uma separação como faixa etária diferenciada, em princípio incompleta e em seguida mais e mais rigorosa, só viria a ocorrer entre os séculos XVII e XIX. O grande fenômeno que contribuiu decisivamente para essa distinção foi a escolarização progressiva da educação, que separou os estudantes do resto da população, afastando-os do convívio com o adulto durante o tempo de escolaridade, ao encerrá-los no interior das instituições de ensino. Mas, para nossa argumentação, o mais interessante no ensaio de Ariès reside no seguinte trecho, que apresenta a justificativa para a mitificação romântica do adolescente, relacionando-a com citações da *Confession d'un enfant du siècle*, em que Musset evoca um sentimento recorrente entre poetas do período, cuja expressão mais acabada entre nós está justamente em AA:

É digno de nota que ao final do primeiro grande impulso da escolarização, no início do [século] XIX, [...] apareça uma juventude consciente dela mesma, e

¹¹ Diferentemente, portanto, da Antiguidade e das ditas sociedades “primitivas” onde, segundo historiadores e etnólogos, a juventude existia como faixa etária muito bem delimitada, na qual se entrava e da qual se saía com base em ritos de iniciação ou de passagem (cf. ARIÈS, 1993).

que essa tomada de consciência venha acompanhada de uma doença: o **mal do século**.

O romantismo dos filhos do século é um mal da juventude. [...] Os glosadores atuais da crise da juventude se referem por vezes ao romantismo para sustentar uma tese tranqüilizadora da permanência da crise: ela seria própria da idade e reencontrada ao longo de toda a História.

É possível, com efeito, que nas sociedades em que as faixas etárias não tenham nem estabilidade nem função, o acesso coletivo à juventude se acompanhe sempre de uma doença, mas ainda é preciso que haja juventude. Ora, antes do século XVII não havia juventude consciente nem reconhecida.

A turbulência dos estudantes da Idade Média, que se tem exumado com a mesma finalidade de provar o retorno de fenômenos idênticos, não tem nada a ver com as emoções do romantismo [...] Não é o mesmo das manifestações da juventude romântica. Elas são apresentadas pelos contemporâneos como a revolta de uma geração. [...] Todavia, os efeitos dessa primeira segregação não iam além de uma doença ressentida apenas pela pequena minoria da juventude das classes superiores. Ela se traduzia em fatos por uma epidemia de suicídios, pela participação nas revoluções e, sobretudo, na arte e na literatura. De um lado, a maior parte dos jovens não era tocada pela quarentena escolar e era sempre misturada com os adultos. De outro, a juventude romântica ela mesma não sofria até o fim as conseqüências psicológicas da separação: os “escolares” não eram tão numerosos no conjunto da sociedade para que essa separação fosse total. As relações costumeiras, que teciam os laços estreitos de sociabilidade para além das pequenas unidades familiares, conservavam muito de força para compensar o isolamento do colégio. Também o mal do século, se ele parece bem o signo da aparição da juventude, não se estendeu para além da burguesia. (ARIÈS, 1993, p.276-277, grifo do autor).

O potencial contestatório (e mesmo político) do mito romântico da adolescência é evidenciado também por Alan Liu em denso estudo sobre Wordsworth, no qual o adolescente surge como a própria encarnação do “eu romântico” em sua atitude de **negação social**, prefigurada pela **negação da história familiar**. Liu trata de precisar a importância antecipadora, o alcance e também o limite dessa atitude em passagens como esta:

O eu romântico e sua progênie metodológica [...] são um testamento de negação social [...]: a rejeição **adolescente** da história familiar cuja teoria última foi a repressão/sublimação ou *Aufhebung*. [...] [A] adolescência foi a zona de fronteira alargada do desenvolvimento pessoal, cuja descoberta histórica e primeira narrativização, naturalização e ideologização [...] prepararam, precisamente, a propagação da interpretação psicanalítica e fenomenológica. [...] [S]e o eu romântico e suas interpretações mais amplas eram negações da história familiar, eles eram igualmente negações **miméticas**. Assim como o adolescente em nossa acepção moderna, o eu [...] negou a

forma da família confinada apenas para no fim incorporar aquela forma em sua estrutura profunda. O eu e seus métodos eram a negação da família [...], mas a família ela mesma [...] foi a precursora da negação. Foi a família nuclear [...] que originalmente negou as multiformes e fragmentadas permutações da organização social para se declarar ela mesma o único grupo significativo. O egotismo moderno então apenas reduziu o grupo já contrafactual em uma alma isolada, em cujo compasso todas as ideologias contestatórias da órbita social do eu – não só parental, mas também consaguínea, de classe, profissional e assim por diante – agora lutavam. [...] [O] eu romântico é a imaginação do egoísmo adolescente como heroísmo trágico; é o adolescente agônico que age ‘egoística’ e infielmente para com a família só porque, no fundo, ele ou ela é fiel à própria infidelidade necessária da família a seus ideais (LIU, 1989, p304-305, grifo nosso).

Há, além disso, o vínculo já mencionado entre a figura do jovem e o ambiente estudantil, também presente em alguns dos principais interlocutores de AA, como o próprio Musset, representante da *jeunesse dorée*. Como bem lembra Hobsbawm, o Romantismo, sobretudo na sua fase de revolta antiburguesa, associa-se aos interesses de dois grupos, dos quais um é representado pelos jovens estudantes socialmente deslocados, assolados pelo temor a uma velhice respeitável, com casamento e carreira digna, que insistem em denunciar a contradição entre a tão propalada promessa da carreira aberta ao talento e a injustiça real do monopólio dos burocratas e filisteus (HOBSBAWM, 1977).

Para não me estender mais sobre a ênfase dada pelo romantismo a essa figuração mítica da adolescência ou juventude, lembro, por último, o comentário de Franco Moretti a respeito do surgimento de um herói **novo** (no duplo sentido do termo) na literatura de fins do século XVIII e primeira metade do XIX. Nota o crítico que a épica clássica tendia a tornar herói um homem **maduro** (a exemplo de Heitor, Aquiles e Ulisses), instituindo, assim, por um longo tempo, *nel mezzo del camin de nostra vita* como o paradigma do estágio ideal da existência, equidistante dos problemas representados pela juventude e pela velhice extremas. Em contrapartida, os tempos modernos, a datar do *Wilhelm Meister* de Goethe, elegerão a **juventude** como a parte mais significativa da vida, tornando-se, cada vez mais, representativa de uma época marcada pela **mobilidade** e pela **inquietação** interior (atributos da idade) e tendo no *Bildungsroman* sua forma simbólica. “A juventude é, por assim dizer, a ‘essência’ da modernidade, o signo de um mundo que busca seu significado no futuro mais que no passado” (MORETTI, 1987, p.4). E é curioso atentar aqui para o fato de essa valorização da juventude encontrar sua formalização em um gênero literário específico – o *Bildungsroman* –, pois não se pode esquecer que, apesar de não se tratar de um romance, *Macário* foi definido por Candido como uma **obra de formação**, embora **às avessas**, em função do **aprendizado do mal**,

tomando por inspiração outro modelo goethiano (agora, o **fáustico**, ao qual voltarei adiante).

São Luís Gonzaga e a neocracia do Segundo Reinado

Podemos, ainda, encontrar no próprio contexto sócio-político brasileiro do século XIX uma outra justificativa histórica para essa valorização mítica da juventude ou adolescência, se acatarmos, em parte, a tese de Gilberto Freyre (1951, p.107):

Ainda não se atentou nesse aspecto curioso do Segundo Império entre nós: a repentina valorização do moço de vinte anos, pálido de estudar, que nem um sefardim. Valorização favorecida por uma espécie de solidariedade de geração, de idade e de cultura intelectual, da parte do jovem Imperador. Devendo-se acrescentar a esse fato o dos moços representarem a nova ordem social e jurídica, que o Imperador encarnava, contra os grandes interesses do patriarcado agrário, às vezes turbulento e separatista, antinacional e antijurídico.

Essa valorização solidária no “reinado de certo modo antipatriarcal de Pedro II” justificaria a ascensão social e política quase sistemática “[...] a cargos, outrora só confiados a velhos de longa experiência da vida.” – desses moços de vinte anos,

[...] aliados naturais de sua política de urbanização e de centralização, de ordem e de paz, de tolerância e de justiça. Política contrária aos excessos de turbulência individual e de predomínio de família: às autonomias baseadas, às vezes, em verdadeiros fanatismos em torno de senhores velhos (FREYRE, 1951, p.235-238).

O jovem valorizado no Segundo Reinado, portanto, compreendia aquele cuja formação era (como a do imperador) exclusivamente acadêmica e livresca (em suma, bacharelesca), que se desenvolveu entre nós “com sacrifício do desenvolvimento harmonioso do indivíduo”. Daí, segundo Freyre, a adoção de certa imagem do jovem extremamente frágil, flébil, como padrão de beleza. Imagem por vezes mórbida¹², que seria encarnada justamente pelos nossos românticos de segunda hora – tendo à frente, é claro, o “ídolo dos estudantes”: Álvares de

¹² Freyre (1951, p.239) chega a falar em "volúpia da doença" e "idealização doentia da mocidade doente." Diz ainda: "Chegara a época de ser quase tão bonito morrer moço, aos vinte, aos trinta anos, como morrer anjo, antes dos sete. Morrer velho era para os burgueses; para os fazendeiros ricos; para os vigários gordos; para os negros mais bem tratados de engenho. Os 'gênios' deviam morrer cedo e, se possível, tuberculosos". Na esteira dessa leitura freyreana, Patrícia Lavelle acrescenta que essa exaltação da debilidade física se configurava como signo de distinção social, delineando “um ideal aristocrático – e não burguês – de indivíduo, forjado para o ócio elegante” e contrapondo-se ao vigor e à força do corpo escravo, preso ao trabalho. (LAVELLE, 2003, p.84-88).

Azevedo, denominado por Freyre de “o São Luís Gonzaga das devoções literárias do adolescente brasileiro”. O antropólogo não chega a ponderar sobre o fato de que esse padrão não era uma tendência local, mas o modelo por excelência de beleza cultivado por certo imaginário romântico em qualquer parte onde grassou a escola. De todo modo, Freyre traz certas considerações histórico-políticas que permitem fundamentar melhor essa tendência à época. Dentre as fontes por ele consultadas, vale citar a seguinte passagem do Padre Lopes Gama:

Hoje tudo é jovem; não se fala senão em jovens, e até os mais importantes empregos do Estado são preenchidos por jovens. Antigamente para certos cargos exigia-se uma idade madura, porque se entendia que o homem adiantado em anos, se aliás tinha os precisos conhecimentos, era mais prudente, mais reportado, mais instruído pela experiência, e mais capaz de infundir veneração. Hoje não é assim. As luzes têm penetrado por tudo. Um jovem barbopoente é um maduro juiz, um insigne magistrado, e na idade de 21 anos já tem mais prudência, mais siso, mais prática do mundo do que um Egas Muniz ou um João das Regras. [...] Se seus próprios pais os querem repreender, recalçitram, arbitram-lhes o beicinho, e muito favor lhes fazem se os não maltratam de palavras chamando-os rabugentos, estúpidos, ignorantes e patetas. (CARAPUCEIRO, 1840).

Pode-se supor que essa oposição entre jovens e velhos não vai muito além da velha tópica do **mundo ao revés**, com a inversão de papéis próprios a cada uma dessas idades (CURTIUS, 1975). Mas o fato é que, além de *O Carapuceiro*, Freyre recorre ainda a Joaquim Nabuco que reitera essa valorização do jovem no Segundo Reinado, a ponto de falar em uma verdadeira **neocracia**: “‘a abdicação dos pais nos filhos, da idade madura na adolescência...’ Fenômeno que lhe pareceu ‘exclusivamente nosso’ quando [supõe Freyre] parece caracterizar, com seus excessos, toda transição do patriarcalismo para o individualismo” (FREYRE, 1951, p.245; NABUCO, 1895). Não se pode, todavia, esquecer que essa transição foi marcada, no Brasil, mais pela persistência dos antigos valores, ao lado, em tensão ou contradição com os novos. Basta lembrar a famigerada tese de Sérgio Buarque de Holanda (1988) sobre o conflito entre o personalismo implícito na **cordialidade** brasileira e as demandas dos novos padrões urbanos e cosmopolitas encarnados pelos bacharéis. Ou ainda a análise que Raymundo Faoro dedicou à perpetuação, sob nova forma, da ordem estamental herdada da tradição portuguesa, com a cooptação, pela burocracia estatal, desses

[...] jovens retóricos, hábeis no latim, bem falantes, argutos para o sofisma, atentos às novidades das livrarias de Paris e Londres [...], fascinados pelos argumentos de Guizot e Thiers, em dia com os financistas europeus, tímidos na imaginação criadora e vergados ao peso das lições sem crítica [...] (FAORO, 1989, p.389).

Freyre fala do romantismo em geral, mas é importante lembrar que, em termos de periodização literária, a figura do adolescente não comparece em todas as gerações. Ela não corresponde, por exemplo, à imagem dos poetas e escritores da 1ª geração, mais diretamente ligados a Pedro II. Dessa “geração vacilante”, oscilando entre duas estéticas (a neoclássica e a romântica) e duas atitudes políticas (o liberalismo e o respeito ao monarca), o retrato era outro e bem distante, como notou Candido,

[...] do que nos habituamos, por extensão indevida, a considerar romântico, isto é, o ultra-romantismo da geração seguinte. Suíças veneráveis, cabelos arrumados, óculos de aro de ouro, pose de escritório. Homens de ordem e moderação, medianos na maioria, que viviam paradoxalmente o início da grande aventura romântica e, mesmo no aceso da paixão literária, desejavam manter as conveniências, nunca tirando um olho do Instituto Histórico ou da jovem e circunspecta majestade de D. Pedro, ao qual dedicam os seus livros. (CANDIDO, 1981, p.49).

Em boa medida, pode-se dizer que é em contraponto a essa imagem austera, *senhoril*, que se afirma o mito da adolescência na 2ª geração, favorecido pela condição estudantil, a partir da qual vai se acentuar a oposição entre o patriarca e o bacharel com seus respectivos atributos e valores. A **neocracia** mencionada, criticamente, por Nabuco em carta de 1895 ao Barão de Jaceguai (aliás, primo de AA) tinha em mira sobretudo as gerações posteriores, republicanas (MARTINS, 2008), embora reconhecesse que essa tendência datava de meados do século XIX, o que remete à época do autor da *Lira*.

Antes de prosseguir com a análise, seria interessante considerar como esse individualismo se afirmou de modo contraditório no pensamento político liberal da mocidade acadêmica para em seguida contrastá-lo(s) com: (a) a perspectiva política de AA em seus discursos e cartas: (b) a retomada de certo mito do **individualismo moderno** pelo autor de *Macário*; e, por fim, (c) o tratamento dispensado à figuração do adolescente no conjunto da obra valendo-se daquela fusão antitética de juventude e velhice mencionada anteriormente.

Contradições do liberalismo em contexto acadêmico

Ao contrário da imagem, por muito tempo corrente, de desajuste, marginalização e alheamento em relação às questões nacionais ou político-sociais, a 2ª geração romântica ainda se orientava, sim, por um **projeto civilizador**, pelo menos no caso do periodismo acadêmico em que tomaram parte AA e seus contemporâneos. Foi o que demonstraram Helder Garmes, a respeito dos *Ensaios literários*, e de modo mais abrangente, em termos cronológicos, Sérgio Adorno, cujos principais argumentos retomo aqui. De acordo com o sociólogo, a formação do bacharel

no regime monárquico se dava menos em sala de aula, do que nas agremiações acadêmicas e, sobretudo, no jornalismo político e literário, onde eram debatidos os principais assuntos nacionais e locais, elaborados manifestos, promovidas as campanhas e articuladas alianças partidárias. Instrumentos de propaganda das distintas orientações políticas de tais agremiações científicas, filosóficas, literárias etc., os inúmeros periódicos criados entre 1830 e 1883 representavam a antessala dos gabinetes executivos, da tribuna parlamentar e dos tribunais judiciários, na medida em que ofereciam aos futuros bacharéis a oportunidade de burilar a linguagem falada e escrita, proporcionando verdadeiro aprendizado da demagogia. Desse contato com a imprensa estudantil como instrumento formador resultaram o culto da erudição e a atração pelo saber ornamental característicos da “personalidade” do bacharel juricista que, norteando-se pela fé pedagógica na razão, aspirava a iluminar o caminho dos povos pelo proselitismo das letras, de onde o vezo retórico típico do nosso intelectual-escritor. Nesse sentido, sempre segundo Adorno, a literatura teve papel decisivo na **estetização** do pensamento político e na formação do bacharel, instrumentalizando-o no uso da palavra. Essa imprensa acadêmica representou um importantíssimo meio de difusão dos fundamentos do liberalismo econômico e político, que se constituía, à época, como **ideologia ligada exclusivamente aos interesses antagônicos dos homens brancos, livres e proprietários, dissociada, portanto, dos princípios democráticos**. Longe de reivindicarem uma maior democratização desses direitos através da imprensa acadêmica, os bacharéis uniam-se em torno de um fim único: o de desenvolver as estruturas jurídico-políticas do Estado sob controle dos grupos sociais dominantes. Versados na arte da prudência e da moderação políticas, privilegiavam a autonomia da ação individual em vez da coletiva; o princípio da liberdade em vez da igualdade.

Os pressupostos liberais guiavam os pronunciamentos dos redatores do periodismo acadêmico sobre questões não só de foro público, mas também privado, voltando-se para os costumes, a educação, os modos de ser e pensar, o perfil moral dos tipos humanos e as relações entre os sexos (assunto em que a literatura desempenhou, também, importante papel como escola de **educação sentimental**). Numa verdadeira cruzada civilizatória, essa imprensa, concebida como porta-voz dos acadêmicos **para** os próprios acadêmicos, com vistas à unificação de valores e ideologia, foi-se afirmando como guardião da moral e da ordem pública, promovendo o combate aos vícios e males que julgavam promover patologias quase incuráveis na anatomia do Estado brasileiro. Contra a prostituição e a devassidão dos costumes, por exemplo, os redatores dos jornais acadêmicos insistiam na necessidade de medidas verdadeiramente **profiláticas** para extirpar de vez essas **doenças** ou **sujeiras** (pois eram tratadas nesses termos) e, assim, salvaguardar, entre outras coisas, a **família** – que desempenhava um papel estratégico como veículo de mediação entre a sociedade e o Estado, entre o privado e o público, pois era

considerada pelos redatores dos jornais acadêmicos um “agente eficaz na formação do caráter nacional e, nessa medida, destinada a forjar o cidadão brasileiro” através da “domesticação dos sentimentos pela razão”. A seus olhos, cabia ao Estado, desse modo, um papel policialesco, que deveria manter os costumes sob vigilância contínua, mas sem que essa repressão atentasse contra a liberdade dos indivíduos. Ou melhor, de **alguns deles**, para os quais se pleiteava a liberdade individual contra os abusos do poder legislativo; a liberdade econômica contra a excessiva interferência estatal nos negócios mercantis; e a liberdade de pensamento contra toda e qualquer espécie de cerceamento. Havia, além disso, a questão da liberdade religiosa, envolvendo disputas de poder entre liberais e clérigos, que giravam em torno de ortodoxias religiosas ou intromissões do clero em assuntos de ordem pública ou privada (como o ensino laico), mas sem que isso desencadeasse uma luta radical contra os princípios da Igreja Católica ou contra sua união com o Estado – a ponto de a imprensa acadêmica chegar mesmo a considerar o clero um meio eficaz de civilização para o Brasil.

AA, que atuou no periodismo do tempo, marca um posicionamento político interessante em relação a essa ideologia estudantil, fugindo inclusive da sobreposição dos princípios liberais aos democráticos apontada por Adorno. É o que se pode notar nos dois discursos por ele pronunciados à comunidade acadêmica em 1849 e 1850, notadamente no segundo.

O primeiro deles foi recitado no dia 11 de agosto de 1849, na sessão acadêmica comemorativa do aniversário de criação dos cursos jurídicos do Brasil. Nele, o orador começa por reconhecer que seria um esforço louvável se se tratasse da missão política das Academias, mostrando a influência universitária exercida no progresso da civilização, e atestando, assim, o “[...] impulso da vanguarda dos séculos” dessa “turma brilhante de jovens, representantes do porvir.” (AZEVEDO, 1942, p.400). Furta-se, no entanto, a tal missão, delegando a outros que se encarreguem dessa nobre tarefa de rememorar “[...] os anais das sociedades secretas de Iluminados que fizeram a Revolução francesa”, as “[...] corporações de estudantes que ergueram nas ruas e praças de Paris o brado republicano que hoje aí revoa pela Europa inteira” (AZEVEDO, 1942, p.401); e os Carbonários na luta pela unificação italiana e contra a dominação austríaca – passagem, aliás, bastante reveladora da simpatia de AA pelas sociedades secretas do tempo¹³.

Evitando tratar, pelo menos por ora, dessa missão política, o orador se propõe, neste discurso, a uma outra tarefa não menos nobre: apontar “as falanges

¹³ Sobre seu suposto vínculo de AA sobre a “Bucha”, que parece ter desempenhado um papel parecido com o da maçonaria nos movimentos emancipatórios, ver o conhecido estudo de Haddad (1960). Ver também as considerações de Adorno (1988) sobre as análises de Brasil Bandecchi e Francisco Teotônio Simões Neto a respeito do papel desempenhado pela Bucha na seleção dos quadros para a burocracia estatal. Adorno reclama pela falta de um estudo que privilegie um enfoque sociológico em vez do político (já contemplado por esses dois intérpretes).

acadêmicas na vanguarda sim – que ali sempre foi-lhes posto de honra – mas na vanguarda do progresso literário”. Busca demonstrar o passado e o presente dessas instituições, a fim de deduzir-lhe o futuro. Para tanto, historia a gênese das mais antigas escolas convertidas em universidades europeias (Paris, Montpellier, Oxford, Salerno, Pavia...) e o grande reconhecimento e poder por elas alcançados, garantindo certas prerrogativas às elites acadêmicas, que configuravam, assim, uma espécie de mandarinato:

A transformação das Escolas em Universidades, a instituição dos títulos acadêmicos, a concessão de privilégios e regalias, o estabelecimento de uma jurisdição independente para os freqüentadores dos cursos universitários, foram fatos que tiveram dois efeitos: o primeiro mostrar o alcance intelectual dos fundadores de semelhantes instituições – o segundo abrir a estréia do progresso à juventude esperançosa das Academias. (AZEVEDO, 1942, p.403).

Ao mesmo tempo que reconhece nas corporações acadêmicas a “verdadeira aristocracia – a da Ciência”, AA trata logo de advertir que “[...] os mancebos das Universidades nunca renegaram as idéias do Povo [...]. Foi então essa instituição o reconhecimento dos direitos populares representados pelo saber.” (AZEVEDO, 1942, p.403). Por isso se refere a eles como **Homens do Povo** – categoria sempre ambígua, imprecisa, que no discurso romântico tendia mais a se diluir numa abstração filosófica do que a ser reconhecida como um grupo socialmente delimitado¹⁴.

Depois de reconhecer a influência da Universidade na vida política e na poesia, o orador, na impossibilidade de acompanhar o desenvolvimento acadêmico época por época, passa ao estado atual dessa instituição observando que, se o século XVIII foi o da “sagração popular”, o XIX seria o da “soberania das inteligências”. Nota que as considerações sobre as universidades européias valem também para as então homenageadas Academias Jurídicas Brasileiras, que são tributárias daquelas, já que tudo se aprendeu lá: literatura, ciência, artes... Mas a essa condição não pode

¹⁴ Desde sua “redescoberta” ou “invenção” (BURKE, 1989) em fins do XVIII e início do XIX, o conceito de **povo** podia compreender classes específicas, como camponeses e artesãos, mas tendia a se diluir para englobar a ideia de comunidade ou nação. Como notou Hobsbawm (1977, p.288), podia ser um conceito revolucionário entre os povos que estavam a ponto de reafirmar ou descobrir sua identidade nacional, como podia ser conservador, quando se afirmava “[...] as virtudes simples do conformismo, ignorância e devoção” do povo. Comentando o apelo ao **povo** ou ao **sentimento do povo** nos escritos de românticos ingleses, nota Raymond Williams (1969, p.56-57) que tal conceito dizia respeito “[...] a uma idéia, a um leitor ideal, um padrão que poderia ser colocado acima do clamor em torno das efetivas relações entre o escritor e a sociedade”. Por isso um Wordsworth tendia a dissociar o **público** (ululante porção da comunidade dirigida por influência de grupos) do **povo** “filosoficamente caracterizado”, **espírito encarnado**, superior ao curso real dos acontecimentos, ao qual se deve total reverência e devoção. Já Herder dizia que “[...] o povo não é a turba das ruas, que nunca canta nem compõe, mas grita e mutila” (apud BURKE, 1989, p.49). Entre os estudantes paulistanos, esse povo concebido como pura virtualidade era inspirado em parte pela leitura do *Le livre du peuple*, de Lamennais (GARMES, 2006).

se resumir o porvir e por isso exorta a mocidade acadêmica a se libertar da tutela europeia.

Segue o orador explorando a lógica da evolução histórica e o papel que coube à intelectualidade nesse processo. Reconhece, assim, que todo desenvolvimento humanitário passa por dois estágios – o preparatório, de isolamento da nação nova, e o de unidade ou fusão, marcado pela comunicação e união dos povos e raças. Nota a esse respeito que a civilização europeia é hoje o ecletismo de todas as antigas: “A História está aí para prová-lo; não houve sequer um fato de progresso e civilização que não viesse da fusão das raças nas Nações, e das Nações em novas organizações políticas.” (AZEVEDO, 1942, p.409). Alargando a tese de Martius, AA reitera que a

História filosófica de um Povo [...] é o estudo das ações e reações das raças entre si, tendentes para o grande fim unitário – desenvolvidas ou tolhidas pelas circunstâncias de tempo e lugar. A História das Nações é o estudo do embate e da fusão das civilizações parciais entre si, na cruzada do progresso. (AZEVEDO, 1942, p.409-410).

E a seu ver, “[...] nesse grande desenvolvimento do espírito humano, é aos homens da Ciência que pertence a direção das turbas [...]” (AZEVEDO, 1942, p.410) – lembrando o exemplo de cientistas, legisladores e bardos das mais diversas culturas que com suas narrativas trazem notícia do que viram no estrangeiro. Sem se deixar inebriar pela concepção utópica do publicista e historiador Elias Regnault, para quem a convergência de todas as raças, inteligências e forças “[...] deveria por certo produzir, no continente americano, uma nova raça mais forte, uma civilização mais bela, uma literatura mais rica.”, AA acredita que “[...] a América tem uma grande missão de regeneração.” (AZEVEDO, 1942, p.410), pensando como Ferdinand Denis (que, vale lembrar, via positivamente a mistura de raças, sem advir disso qualquer inferioridade cultural), para quem

[...] não será à terra de Santa Cruz que deve caber a menor glória nessa resolução do grande problema humanitário. E aí como sempre – quando os ecos brasileiros restrugirem abalados pelos hosanas das Nações, quando os Povos se coroarem dos [imorredouros] louros do triunfo – aí, como sempre, caber-vos-á a vanguarda a vós Acadêmicos – a vós representantes das ciências do passado e das glórias vindouras [...] Perdoai-vos, Senhores, se calei-vos as emoções que me desperta o dia das grandes reminiscências, a verdadeira era da nossa Nacionalidade. Perdoai se achei mais digno de vós recordar-vos o brilhantismo do passado e as esperanças do porvir – lembrar-vos a grandeza de vossa missão civilizadora. [...] Grande foi-nos sempre a missão. – E nós houvéramos renegar de todo um passado de ufânias, de um porvir inteiro de vitorias glórias – enjeitar o mar azul aceso de lumes alvorecidos da esperança, pelo pântano, dormido e tabescente de marasmo e

do indiferentismo? A regeneração literária de nossa terra deve sair do meio de vós. Falange do progresso não há ficarmos imóveis. Como o Ahasvero da tradição uma voz brada sempre: — Caminha! (AZEVEDO, 1942, p.410).

E quanto dessa e outras metáforas projetivas do fecho do discurso seriam depois retomadas no empuxe progressista da geração condoreira! A nobre missão política das academias a que se furtava AA neste discurso de 1849, delegando-a a outros, seria contemplada por ele mesmo no segundo discurso pronunciado na sessão de instalação da Sociedade Acadêmica *Ensaio Filosófico*, responsável pelo periódico homônimo, a 9 de maio de 1850. Nesse discurso, o poeta se despe “dos andrajos de sua pobreza literária” para “tomar a túnica sublime do missionário do progresso”, a fim de se dirigir à mocidade da “nação nova” que “se parte entre o ressonar das modorras últimas sob [o] despotismo” e “os primeiros bafejos de vento ressumado de esperanças”. Uma “mocidade cheia de aspirações [que] se identifica nas idéias de porvir literário”, depois “[...] que o último pesadelo do ceticismo de um século que Byron traduzira na Odisséia do *Childe Harold* se desfaz no viver novo de uma nação, que talvez aí se levanta com a fronte borrifada de crenças.” (AZEVEDO, 1942, p.416). Adequando-se à ocasião e ao público, composto por seus pares no contexto acadêmico, AA exalta a importância de agremiações como essas, buscando exemplos na história que comprovem como a

[...] humanidade ergueu muita vez de sobranceira a fronte remocada às caudais de luz, manadas dos cenáculos. Dessas turbas de irmãos que se vão às montanhas – como os discípulos, na escuridão das ladeiras inda vermelhas do Gólgota – passar as noites medonhas de barbaria aguardando as alvas das civilizações futuras, – dessas comunidades de mancebos resvala sempre muita luz de esperança, muita auréola de claridão. (AZEVEDO, 1942, p.419).

Cita, entre outros exemplos, o de

[...] Lerminier aos vinte anos – arrebatando nas torrentes de seu entusiasmo a mocidade francesa de então, onde a filosofia do século XIX e a poesia liberal contemporânea, no parecer de Capefigue, produziram a insurgência de idéias que fez a queda da restauração bourboniana, como a filosofia e literatura do século XVIII fizeram a da França monárquica por direito divino. (AZEVEDO, 1942, p.420).

Exemplos como esse devem ser tomados como modelo para “a nação nova e sem experiência do passado” que ainda “vacila entre formas governativas” e se deslumbra “ao relampejar das revoluções de além-mar”. (AZEVEDO, 1942, p.420).

Segue o orador convocando todos aqueles em que arde a “chama do talento” e do “amor pátrio” em prol desses verdadeiros ideais, da “objetivação dos princípios livres” contra seu falseamento e deturpação na realidade local. Num gesto largo de

democratismo, dirige seu apelo não só aos pares, isto é, ao “grêmio das academias, de todas as associações, quer políticas, quer literárias”, mas também a todas “as vozes populares das praças públicas”. No caso específico de seus pares, ele busca comprovar a importância da poesia e da filosofia para o “progresso” de uma nação, mesmo que elas não impliquem uma missão política direta. “Sem uma filosofia, sem uma poesia nacional” – indaga a **ciência vindoura** – “como quereis uma nação?” É para alcançar essas “duas gêmeas da civilização” entre nós e romper com nosso “parasitismo científico” que o orador lança duras críticas ao total descaso do governo em relação ao ensino público, levando à escassez da “instrução primária para as classes baixas” e negando “proteção e melhoramento para os colégios públicos”. Além disso, reivindica a realização da “promessa do lábaro das nossas liberdades, que nos garante universidades”. Chega, mesmo, num gesto ainda mais largo de democratismo, incomum entre os estudantes, como se viu com Sérgio Adorno, a reivindicar o franqueamento “da porta das academias às classes pobres”, fazendo com que as garantias constitucionais não sejam letra morta. (AZEVEDO, 1942, p.425).

É bom lembrar que AA tem em mira o não cumprimento do previsto desde a Constituição de 1824, que defendia a “instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”, e a “criação de colégios e universidades”, onde seriam “ensinados os elementos das ciências, belas letras e artes”. (BRASIL, 2011). Nos anos seguintes, os debates sobre a educação popular e a criação de uma legislação específica para a instrução nacional resultaram na aprovação, em 15 de outubro de 1827 (ano também da criação dos cursos jurídicos), da primeira lei sobre a instrução pública nacional do Império do Brasil, estabelecendo que “em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. No entanto, relatórios do Ministro do Império Lino Coutinho, de 1831 a 1836, denunciaram os resultados pífios da implantação dessa lei, responsabilizando sobretudo as municipalidades pela precariedade do ensino elementar, devido à administração e fiscalização ineficientes, mas também admitindo o abandono por parte do poder público quanto ao não provimento dos recursos materiais, à carência de professores e aos baixos salários pagos a eles, à inadequação do método às particularidades do país etc. Os relatórios mostram que o entusiasmo inicial com a instrução popular se arrefecia devido às condições reais do país e ao discurso ideológico do Estado, que se dizia preocupado em levar a instrução a todos, mas sem providenciar os recursos e condições necessários às escolas e ao trabalho dos professores (cf. NASCIMENTO, 2010). O Ato Adicional de 1834 repassava às províncias o direito de criar estabelecimentos próprios e definir as diretrizes para a educação básica, reservando ao poder central o controle do ensino superior e de algumas poucas instituições de ensino médio (como o Colégio Pedro II), às quais tinha acesso apenas uma pequena elite. Com isso, o Estado jogava a carga maior do sistema

escolar para as províncias, que obviamente não tinham como arcar com tamanha responsabilidade, a começar pelas condições orçamentárias, dada a precariedade do sistema de arrecadação de impostos.

É na esperança de despertar a consciência nacional e chamar o governo à ordem, ao cumprimento de direitos constitucionais como esse, que o orador convoca seus pares a se empenharem e se pronunciarem no periodismo acadêmico do tempo:

Os palpites de brasileirismo no coração dos nossos governos pode ser que se acordem à voz da mocidade, ao reclamo de toda uma geração nova, que se vê dos pés do altar das letras a perguntar-lhes ao leito do adormecimento: “o que é de tanta jura de patriotismo leal, de liberalismo profundo? e o que fez tanta gente de todas as crenças políticas, em tamanho tempo de governança?” (AZEVEDO, 1942, p.425).

Pode-se ter uma idéia do impacto de tais reivindicações liberais e democráticas pela reação do pai do poeta, político conservador que já tinha sido, à época, auditor de guerra, juiz de direito, chefe de polícia e deputado geral. Se, no caso do discurso de 1849, o pai tratara, orgulhoso, de imprimi-lo na forma de um folheto, agora, temendo decerto pelo futuro político do filho, passa neste uma reprimenda por escrito, da qual temos notícia apenas indiretamente, pela réplica de AA que, seguro de suas convicções político-ideológicas, responde o seguinte, em carta de 03/07/1850:

A propósito do manuscrito do discurso, duas palavras: Não é intenção nenhuma política a minha... nele. Este discurso não é mais do que o desenvolvimento da idéia esboçada no do dia 11 de agosto. Falei aí na missão das academias; falo neste da influência política desta missão. Até aí não mais do que uma dedução de idéias. Quanto ao que falei sobre instrução pública, sobre o desleixo dos governos de todos os credos no Brasil, bem se vê que nisso não há idéia nenhuma de liberalismo exagerado e muito menos de republicanismo. As minhas idéias sobre política resumem-se em querer menos palavras e mais convicções, menos alarido de liberalismo e mais instituições asseladas dele. Não digo se a constituição é boa ou má: ninguém, até hoje, pode dar opinião definitiva sobre isso. A constituição tem sido atirada, por todos e em todos os tempos, para todos os lados, desde que não tem servido de instrumento para os partidos; e isso não foi feito só pela lei de 3 de dezembro¹⁵. O que lamento é que a Constituição garanta a instrução primária e que ela não se dê; que ela garanta Universidades e

¹⁵ Lei de 1841, da reforma do Código do Processo Criminal, que instituiu uma verdadeira máquina policial, subordinando os poderes das assembleias provinciais e dos juizes de paz ao comando dos agentes designados pelo poder central e pondo a nação sob o jugo do partido dominante. Contra protestos dos liberais, a lei foi proposta à votação pelo partido conservador, marcando o **regresso** deste ao poder onde permaneceu por quase quatro décadas.

que ninguém cure de realizar a máxima fundamental. Creio, portanto, que há a esperar a realização daquilo que sonhou o imperial constituinte e que não pode objetivar o esparzimento de luz científica pelas massas, que as fizesse erguer como as estátuas de argila de Prometeu, da parte ao menos dos governos; e por isso o único elemento donde eu posso esperar alguma coisa a este respeito são as academias. Teoria essa que, repito, nada tem de repulsiva. (AZEVEDO, 1942, p.520-521).

Embora negue o liberalismo exagerado e o republicanismo, AA não deixa de evidenciar sua viva inclinação liberal, com certeza não herdada do pai conservador, mas vinda por influência familiar do lado materno e do próprio ambiente acadêmico, como supõe Cavalheiro, que cita, em abono de sua hipótese, além dos dois discursos, o poema sobre Pedro Ivo (comentado logo adiante) e, entre outros momentos, “Rex lugebit”, composto por ocasião da morte de um dos filhos de Pedro II. Escorando-se em comentário de Silvio Romero sobre AA, diz o biógrafo do poeta:

O tempo de AA foi, especialmente em São Paulo, uma fase de agitação, de liberalismo, de entusiasmo, de movimento de idéias e de opiniões. À medida que prosseguia nos estudos de direito, o moço paulista ia cada vez mais se afastando das opiniões paternas e afirmando a sua independência de espírito. Naqueles tempos em que o aulicismo era generalizado, uma poesia em que o príncipezinho, em vez de subir aos céus, para conviver com os anjos, iria realisticamente servir de pasto aos vermes, não podia deixar de ser considerada inconveniente ou desrespeitosa. Compreende-se, assim, que tenha ficado inédita durante tão longo tempo, só sendo publicada quando do acontecimento que a inspirara não havia senão uma vaga lembrança e maiores irreverências já tinham sido perpetradas, dois anos antes, por um grupo de brasileiros ilustres, num documento que abalara o país: o Manifesto Republicano de 1870 (MAGALHÃES JUNIOR, 1962, p.146-147).

A propósito de “Rex lugebit”, diz ainda Silva Ramos em nota ao poema que:

A poesia é da maior importância como expressão do pensamento político de AA: nela se vê sua aversão ao trono, símbolo da tirania, seu amor à liberdade (daí o elogio a Pedro I, o libertador, o ‘popular guerreiro’), sua crença nas turbas, na soberania do povo. Já aí estavam, em germe, as teses da poesia condoreira e socialista. Some-se a isso o modo depreciativo como fala do clero, e ter-se-á a oposição a trono e igreja das correntes realístico-sociais de nossa poesia posterior. (AZEVEDO, 2002a, p.538).

Isso sem falar nos versos que indagam sobre a condição lutuosa do rei, equiparado aos demais homens diante da morte, frente a qual de nada vale a soberba, a altivez dinástica, o egoísmo, a tirania...

Também as almas de Senhor eivadas
Da lepra negra da soberba tremem
Dessa mágoa profunda herdada ao homem?
E arquejam no prantear do passamento,
Na dor de entranhas, sobre a pedra fria
 De um infante que dorme?
E a alma soberba na orgulhosa sombra
Do diadema real debruça a fronte
E arquejando suspira, e fervem lágrimas
Por essas faces, que a altivez dinástica
Ao egoísmo votou, e ebriosa sonha
Soberba e tirania – aos sóis da América,
Onde o poente se derrama em sangue
 No afogear das nuvens? (AZEVEDO, 2002a, p.535).

Mas o sopro mais forte de liberalismo somado ao sentimento patriótico do poeta se faz sentir no compasso épico dos versos em homenagem ao líder militar da Revolução Praieira, Pedro Ivo. Com sua “alma cheia de fogo e mocidade”, vão se identificar o eu e a mocidade acadêmica, que, por tabela, se solidarizavam da causa daqueles liberais-radicais que eram denominados pelos conservadores, num dos jornais da província paulistana, como “os comunistas do Norte, copiadores dos excessos da Comuna de Paris em 1848”. (*apud* MAGALHÃES JUNIOR, 1962, p.150-151) Como nota Magalhães Junior, a compaixão pelo triste destino do herói liberal se mescla nos versos à indignação com o reacionarismo e com a fraqueza do Império. Ao mesmo tempo que interpela diretamente Pedro II advogando o perdão imperial em favor do líder pernambucano, justamente no momento em que se discutia o rigor da anistia a Ivo, AA atacava violentamente os conservadores não só pela ação repressora em relação aos praieiros, que desencadeou a revolta provincial, mas pela submissão vergonhosa aos ingleses, comprometendo a soberania nacional, no conhecido episódio do navio por estes aprisionado em águas brasileiras, sob suspeita de tráfico negreiro, valendo-se do amparo legal do Bill Aberdeen. Em ambos os casos, como se pode perceber, o que está em jogo é o orgulho patriótico ou nacional. Operando no duplo registro antitético caro ao Romantismo, ao mesmo tempo que eleva a imagem do líder praieiro à esfera do sublime (pois, com sua **fronte erguida e laureada, é gênio das pelejas** comparado ao **leão sangrento que ruga e à águia nunca vencida**), AA rebaixa a **facção inglória e ímpia** do partido conservador então no poder, com seu **sangue impuro e boca maldita**, ao plano do grotesco, equiparando-o a **verme no chão da tumba escura**, por prostituir a pátria (**Como torpe, despida Messalina / aos apertos infames do estrangeiro / traficam dessa mãe que os embalou**)... (AZEVEDO, 2002a).

Curioso pensar que o autor desses poemas e o orador dos discursos, que chega, tão veementemente, a radicalizar os ideais liberais do periodismo acadêmico do tempo, revelando-se mais democrático de que seus pares no que diz respeito à participação popular, é o mesmo criador de *Macário*, cujo protagonista parece seguir na contramão de tais ideais e de toda a cruzada civilizatória em que se empenhavam os estudantes. Contrariando sistematicamente os valores cultuados pelo projeto liberal da imprensa acadêmica, Macário se caracteriza pelo **repúdio** ao nacionalismo e à crença no progresso; à defesa incondicional da moral e dos bons costumes (entre outras coisas, pelas suas experiências sexuais); ao culto da família (dada a sua origem irregular e a vida apartada do núcleo doméstico); e, mesmo, da religião (já pelo pacto demoníaco, além da caricatura satírica dos membros do clero). Talvez o único desses valores da ideologia bacharelesca ao qual Macário não chega a se contrapor seja a afirmação incondicional da autonomia do indivíduo, que, como se viu com Sérgio Adorno, tendia a ser compreendida como um **privilégio de classe**¹⁶.

Com isso, se contrariava a principal reivindicação da ordem burguesa presente no cerne de um dos gêneros mais expressivos da época, pois é sabido que essa contestação estava na gênese do *Bildungsroman*, como se vê no *Wilhelm Meister*, cujo protagonista é um jovem burguês ansioso por uma **formação universal e individual** a qual, entretanto, permanecia ainda restrita à aristocracia, dentro de um contexto de absolutismo tardio como o da Alemanha da época, rigidamente dividida em classes com papéis muito bem definidos. Inscrito na lenta transição alemã entre a velha economia feudal-latifundiária para a moderna e democrática, esse gênero alimenta-se da passagem de uma cultura do mérito transmitido, fundamentado nos direitos de posse e herança, para a cultura do mérito adquirido – atributo do burguês em formação desejoso de romper as barreiras de classe e ampliar os limites de sua atuação, pelo auto-aperfeiçoamento, pela formação universal e pelo equilíbrio entre subjetividade e coletividade¹⁷. Como no Brasil essa transição ocorreria de forma muito mais lenta do que na Alemanha (embora nossa estrutura latifundiária nada tivesse de propriamente **feudal**, como demonstraria Caio Prado Junior, entre outros), a possibilidade de uma **cultura do mérito adquirido** onde imperasse o **beneficência** e a dependência pessoal direta seria ainda mais remota. Talvez ciente

¹⁶ Além de Adorno, também Lavelle (2003, p.113) nota que o individualismo, que surge com o afrouxamento dos laços familiares, incorporando valores burgueses e europeus como “fachada”, tem “[...] muito de aristocrático, na medida em que se mantém distante da valorização do trabalho, ao mesmo tempo que rompe, horrorizado, com os excessos patriarcais de outros tempos”.

¹⁷ De acordo com Franco Moretti (1987), o *Bildungsroman* indaga pela solução mais harmoniosa para o conflito ou dilema moderno da civilização burguesa: o ideal de autodeterminação e as demandas da socialização, igualmente imperiosas. Como pode, diz ele, em síntese, uma tendência à individualidade, aos ideais de igualdade, liberdade e realização pessoal, preconizados pela sociedade liberal-democrática e capitalista, coexistir com a tendência oposta à normalidade do mecanismo de socialização?

disso é que AA buscasse desmentir em *Macário* o empenho nacionalista e os valores liberais que davam a sustentação necessária ao projeto civilizador com que os acadêmicos buscavam granjear a simpatia e o reconhecimento do poder central. Empenho e valores esses que vimos o próprio AA abraçar no discurso de 1850, embora num tom reivindicatório que bem fazia despontar a consciência crítica em relação às limitações de um governo para o qual os direitos constitucionais não iam além do papel. Mas mesmo que não se possa comprovar de vez uma intenção deliberada, uma duplicidade de atitudes como essa pode ser compreendida em função das contradições entre tais anseios liberais (ou mesmo democráticos) e as limitações para sua aclimação na realidade patriarcal anacrônica.

Fausto sob as Arcadas

É à luz do contexto de transição do patriarcalismo para o individualismo moderno examinado por Freyre, tendo em vista as contradições que cercam os ideais liberais principalmente (mas não só) no contexto estudantil, que se pode ainda entender a retomada de certos mitos literários cultivados por AA, como Don Juan e, sobretudo, Fausto. Apenas este último me interessa considerar aqui de modo mais detido, em virtude do evidente diálogo presente em *Macário*, muito embora buscando alçar a reflexões mais amplas, com implicações para o conjunto da obra azevediana¹⁸.

A propósito desse “conquistador do espírito” que desponta na aurora dos Tempos Modernos, quando se dá a afirmação do **sujeito**¹⁹, gostaria de destacar esse vínculo com o ideal de modernização e emancipação do indivíduo, enfatizando algo que pode interessar mais aqui: as contradições que cercam o trabalho intelectual, entre teoria e prática, e entre o auto-desenvolvimento intelectual pleno e as limitações impostas por um contexto tacanho, econômica, política e socialmente atrasado (Cf. BERMAN, 1986, p.42).²⁰ Tanto é que, face a tamanho

¹⁸ O diálogo de *Macário* com o mito fáustico já foi objeto de uma dissertação de mestrado de Innocênio (2007). A abordagem, no entanto, caminha em sentido bem diverso do proposto aqui.

¹⁹ Obviamente, esse comentário de Chartier (2003) tem em mira as primeiras versões do mito fáustico, como a de Marlowe e o *Faustbuch*, concebidos ainda dentro do contexto renascentista do século XVI.

²⁰ De acordo com Berman, as conseqüências dessa constatação tornam-se particularmente significativas no caso da Alemanha, por ter vivenciado um grande florescimento cultural à época, ao mesmo tempo que permaneceu uma sociedade fechada, ainda incrustada em formas sociais tipicamente feudais. Por isso, tornou-se paradigmática do conflito que só viria a ser vivido pelos intelectuais das sociedades ditas “subdesenvolvidas” nos séculos XIX e XX. Apesar de nenhuma tragédia do desenvolvimento, nem um ambiente marcado por um florescimento cultural significativo como o alemão seriam, de fato, extensíveis à época de AA, creio ser possível resgatar, para a reescrita fáustica de *Macário*, essa contradição explorada por Berman entre o autodesenvolvimento intelectual e atraso sócio-político-econômico da realidade circundante, sem dúvida ainda mais acentuado no caso

provincianismo representado pelo burgo estudantil aonde se dirige o protagonista no primeiro episódio da peça, a constatação da inviabilidade de se desenvolver aí qualquer espécie de aprendizagem ou **formação** significativa levará o jovem pupilo de Satã a peregrinar para a Itália, pátria querida dos românticos, ponto de chegada, como lembra AA, da peregrinação de Childe Harold (com quem Macário guarda tanta afinidade quanto com Jacques Rolla) e destino final do *grand tour* descrito por todo jovem esclarecido que buscasse completar sua educação histórica e artística.²¹ Como nota Liu, a motivação primeira de toda peregrinação de aprendizagem é justamente o anseio por algo de significativo que se mostra ausente no lugar de origem (LIU, 1989) – o que, em *Macário*, significa não só fora do burgo estudantil, mas do próprio país. Nesse sentido, Macário parece ter conhecido bem algo dessa cisão experimentada por Fausto.

Mas há duas outras interpretações do Fausto que me interessam aqui, pelo que permitem aprofundar a respeito das contradições da atividade intelectual relacionadas ao mito. A primeira delas é a de Max Weber, sobre a escolha vocacional (nascida da ascese cristã) e o conhecimento especializado valorizados pelo capitalismo, em oposição à “faustiana universalidade do homem”:

A limitação do trabalho especializado, com a renúncia à faustiana universalidade do homem por ela subentendida, é uma condição para qualquer trabalho válido no mundo moderno; daí a ‘ação’ e a ‘renúncia’ hoje inevitavelmente se condicionarem uma à outra. Esse traço fundamentalmente ascético do estilo de vida da classe média – quando se trata de um estilo, e não apenas da falta de qualquer um – foi o que Goethe quis nos ensinar no auge de sua sabedoria, tanto nos *Wanderjahren*, como no término de vida que ele deu a seu Fausto. Para ele, essa consciência implicava a despedida de uma era de plenitude e beleza humana, que, no decorrer de nosso desenvolvimento cultural tem tão poucas chances de se repetir como a época do florescimento da cultura ateniense da Antigüidade. (WEBER, 2001, p.98-99).

A segunda interpretação é a de Ian Watt, que examinou mais detidamente o Fausto como um dos grandes **mitos do individualismo moderno**, ao lado de D. Juan, Quixote e Crusoe, todos irmanados pela atitude altamente egocêntrica, em detrimento dos laços comunais (família, igreja, partido, raça, povo ou nação), reiterada ainda pelo estilo de vida nômade desses viajantes solitários, que só

brasileiro que no alemão, sobretudo quando se considera o ambiente tacanho a que se dirige nosso protagonista no primeiro episódio da peça.

²¹ “Por muito tempo, a viagem à Itália foi uma viagem *ad limina*, como se diz para aquela viagem que os bispos devem fazer a cada quatro anos, até a **soleira** inaugural e sagrada da fê católica. Para o exército de escritores, artistas plásticos, músicos, arquitetos com falta de referências e de heranças, mas também para todo jovem de boas origens, da Europa e do Novo Mundo, um verdadeiro rito de passagem para a idade adulta, uma espécie de batismo, de comunhão solene, de confirmação ou de ordenação cultural, uma liturgia sacramental.” (BERTHIER, 2003, p.191-192).

dispunham da companhia de um fiel servidor.²² Macário também é um viajante solitário a caminho de um burgo estudantil, contando, a dada altura, apenas com a companhia de Satã, que se apresenta, igualmente, como seu fiel servidor. Do mesmo modo, se mostra completamente emancipado dos laços familiares e comunais. Diz, sem saber ao certo, ser filho enjeitado de uma concubina e de um fidalgo ou frade. Se, no final do primeiro episódio, ainda chega a ouvir o choro da mãe e, em nome dela, repudia Satã, tal rejeição não ocorre em definitivo. Isso porque, no final da peça, retorna à companhia do demo, sem se lembrar mais da mãe, o que é cortar de vez o último laço familiar. Do mesmo modo que se emancipa dos laços familiares, também se mostra completamente desobrigado das lealdades locais: ironiza as tendências nacionalistas que marcaram nosso Romantismo, assim como desacredita de um futuro otimista e progressista para a jovem nação.

Deixo de lado o “elitismo impenitente” de Fausto do qual Macário pode ter herdado algum traço. Interessam-me mais outras questões relacionadas ao mito, agora não na versão de Goethe e sim na de Marlowe, com a qual AA também revela intimidade em vários momentos da obra. A propósito dessa versão anti-religiosa do herético dramaturgo inglês, nota Watt que ela foi a primeira a dar ênfase à **dimensão intelectual da história**, enraizando, de vez, o mito no **ambiente universitário**. Essa conexão acadêmica, ponto nodal das reencarnações posteriores do mito, ajustava-se a uma tradição que remontava aos

[...] velhos mitos punitivos dos males do conhecimento, como o da caixa de Pandora e o da árvore da ciência referida no Gênesis. Na Idade Média, essa tradição tomou nova forma, assumindo a necessária conexão entre a busca de conhecimento e a prática das nefandas artes da magia. (WATT, 1997, p.44).

Nesse contexto acadêmico, uma das grandes contribuições de Marlowe à substância do mito diz respeito a um rito de passagem crucial na sociedade moderna: o problema da **escolha vocacional**, com todas as suas conseqüências para o futuro da vida intelectual e profissional. O direito à escolha vocacional era um modo de romper com a “[...] idéia medieval de que cabia à religião e à moral conter o indivíduo no seu lugar hierárquico, aquele que lhe foi reservado pela sociedade.” (WATT, 1997, p.48). Já em versão anterior do mito, no *Faust Book*, “[...] o pacto com o Diabo expressa claramente um orgulho severo dos que não estão contentes ‘com

²² Em suas versões originais tais mitos refletiam, ao contrário, o antiindividualismo da época em que foram criados, visível no destino moralizante que lhes foi dado, transformando-os em alvo de desaprovação e repressão social. Fausto e D. Juan eram, assim, punidos com as chamas do inferno, e D. Quixote, enjaulado e condenado ao escárnio público. Retomados pelo Romantismo, os mitos seriam recriados como personagens dignas de admiração, chegando à condição de herói. Ao invés de punição, passam a contar com a redenção própria de uma época em que o individualismo deixa de ser alvo de condenação e granjeia a simpatia do público. Assim ocorre com Fausto e também com D. Juan, outro dos mitos do individualismo moderno que marca presença significativa em AA. Cf. Watt (1997).

aquela vocação para qual Deus o havia chamado” (WATT, 1997, p.48). A ruptura mais acentuada com essa concepção estanque e conservadora só viria a ocorrer, efetivamente, com a ideologia da sociedade individualista moderna, pleiteando a igualdade de oportunidades e direitos, incluindo os da livre escolha da carreira. Mas a “[...] base teórica dessa atitude igualitarista já estava latente nas idéias do Renascimento e da Reforma, e a real, embora irregular, expansão das oportunidades educacionais já havia se registrado, especialmente nos países protestantes.” (WATT, 1997, p.48-49), como a Inglaterra, que possibilitaria a um filho de sapateiro como Marlowe chegar a Cambridge, “[...] onde entrou pretendendo ordenar-se sacerdote e saiu decidido a ser escritor.” (WATT, 1997, p.49). Lá, passou a fazer parte do **University Wits (Desencantados da Universidade)**, um grupo de escritores boêmios e irreverentes “[...] que como indicava o nome, encarnavam uma espécie de reação coletiva às disparidades entre as vastas expectativas que a universidade criava e as escassas oportunidades de realização que a sociedade oferecia”. (WATT, 1997, p.49) Pela mesma época (fins do século XVI), outros autores universitários denunciavam em suas peças (as *Parnassus Plays*) a crise do emprego acadêmico, resultado do grande crescimento da educação universitária, rebelando-se contra as opções profissionais realmente decepcionantes abertas aos recém-formados “[...] dependência humilhante de um patrão, ou trabalhos casuais e desprovidos de importância” (WATT, 1997, p.50)²³. Para Watt (1997), muito do descontentamento face a condições profissionais tão adversas encontrará eco no *Doctor Faustus* de Marlowe.

Essa conexão acadêmica do mito fáustico a partir de Marlowe parece se confirmar plenamente na versão azevediana, quando se considera o quanto sua produção literária e atuação intelectual são tributárias do ambiente acadêmico da Faculdade de Direito e da boêmia estudantil criada a sua volta – independente do fato de sua obra ter ou não sido escrita durante a estada em São Paulo ou no Rio. O certo é que foi no meio estudantil que ele encontrou o público mais grato, pela cumplicidade e maior preparo intelectual. A juventude estudantil encarnava o **leitor implícito** não só dos discursos, mas também da obra azevediana (mais evidente ainda no caso da parcela irônica, satânica, “byroniana”, em suma). Não se trata, portanto, de um dado meramente circunstancial, especialmente no caso de *Macário*, onde esse vínculo comparece de forma ainda mais explícita, ao pôr em

²³ Um observador da época, “as ‘universidades eram perigosas... porque preparavam pessoas demais para lugares de menos’. [...] De fato, este é apenas um dos vários aspectos de um processo mais amplo, mediante o qual a falta de ‘oportunidades de emprego para todos os que estudavam e tinham talento’ acabou por levar ao insolúvel problema da formação de ‘um grupo de alienados intelectuais que, individual ou coletivamente, transformam-se em focos de perturbação, num momento de crescente descontentamento com o regime dos Stuart’”(apud WATT, 1997, p.50).

cena, como protagonista, um estudante a caminho de um burgo estudantil que, por todos os indícios, remete a São Paulo.

Mas, uma vez aceito o vínculo inalienável mencionado por Watt, resta o problema do acesso ao ensino universitário e da destinação profissional dos acadêmicos que, obviamente, não se coloca aqui nos mesmos termos de Marlowe, ainda que nos permita pensar algumas afinidades ou, em contrapartida, algumas divergências significativas. Nada no contexto acadêmico brasileiro da época se aproxima daquela abertura democrática inglesa que possibilitaria a um filho de sapateiro como Marlowe ter acesso ao ensino superior. Embora fosse possível encontrar membros das camadas médias entre os acadêmicos, o fato é que o acesso à faculdade (para não dizer à educação em geral) permanecia privilégio das elites – o que justifica a reivindicação de AA no seu Discurso de 1850 contra o regime excludente do sistema de ensino em vigor. A reivindicação crítica pleiteada pelo grupo de Marlowe, a respeito das promessas de emancipação e a realidade da falta de trabalho, dificilmente poderia ocorrer em solo brasileiro. É bem verdade que, já na época de AA, o número de bacharéis excedia o de cargos postos à disposição pelo Estado, como bem comprova o Padre Carapuceiro:

O que resta, porém, aos míseros filhos do país? O mesquinho recurso dos empregos públicos, cujo círculo de necessidade é muito limitado. Fora deste, aliás difícilimo recurso, o que fica para os brasileiros? Os que ainda podem dedicar-se às letras vão formar-se no Curso Jurídico, mas este ramo de indústria de dia em dia torna-se menos importante, pelo crescido número de bacharéis, muitos dos quais já por aí andam sem terem em que ganhem a vida. (GAMA apud SODRÉ, 1966, p.161)²⁴.

Mas essa constatação não se reverteu no sentido de levar os futuros bacharéis às reivindicações do grupo de Marlowe. O regime de dependência em relação ao poder central como única escapatória possível não provia esse tipo de pleito por parte dos acadêmicos, que continuavam a se empenhar em granjear abertamente a simpatia do Estado com vistas a eventuais cargos²⁵.

²⁴ O crescente agravamento da concorrência e a conseqüente desqualificação do diploma como meio de obtenção de honra e vantagens honoríficas na transição da ordem estamental para a sociedade de classes, levará um teatrólogo como França Júnior à total desqualificação dos bacharéis e estudantes de Direito nas comédias que começa a produzir nos anos 1860, mostrou Márcia Azevedo Coelho (2008), em estudo sobre o autor de *Meia hora de cinismo* e *Como se fazia um deputado*.

²⁵ Partindo do comentário de Pierre Bourdieu sobre a ambiguidade da intelectualidade francesa desde o Romantismo, como fração dominada da classe dominante e por isso mesmo presa de uma relação ambivalente com os burgueses e o “povo”, nota Mamede Jarouche (1997, p.56.) que a ambivalência não teria se dado no caso brasileiro “[...] porque a correlação de forças – resguardados os momentos de exceção – não obrigava os letrados à ambiguidade: adaptando-se as palavras do mesmo Bourdieu, bastava-lhes chegar aonde queriam para que atingissem a plenitude do que precisavam ser. O fascínio

Qual seria, então, o alvo implícito na reinscrição do mito fáustico em contexto acadêmico paulistano? A seu modo, creio eu, AA reatualizava as contradições entre teoria e prática associadas ao mito à luz da conjuntura local, tendo em vista, de um lado, os ideais liberais acalentados nos anos escolares e, de outro, a consciência a respeito da destinação de tais ideais quando os futuros bacharéis abandonassem os bancos escolares e fossem absorvidos pela máquina estatal. Por isso AA buscava chamá-los às falas em seu discurso de 1850 redimensionando o alcance dos ideais liberais e do papel da mocidade acadêmica em bases verdadeiramente democráticas. Era uma forma de subverter, justamente, aquilo que fora criado com o intuito de atender a uma demanda do Estado (a formação de quadros dirigentes), inserindo uma semente de inconformismo.

Mas se AA reafirmava o empenho civilizador e progressista nos discursos, nos escritos poético-ficcionais evidenciava o sentimento de descrença em relação às reais condições de que a implantação desses ideais pudesse vicejar à época. O ceticismo marcante em sua poesia e prosa ficcional serve, assim, de comentário crítico à viabilidade do empenho civilizador reinante nos seus discursos. Sobre essa duplicidade de perspectivas, há que se considerar os comentários de Helder Garmes a respeito de periódicos como *Ensaio literários*, publicado pelo Instituto Literário Acadêmico, aos quais AA esteve ligado. Garmes chama a atenção, no periódico, para a centralidade do binômio crença *versus* descrença (representado, respectivamente, pela poesia lamartiniana/hugoana e pela byroniana) e para a preocupação dos acadêmicos com o ceticismo, identificado como resquício do pensamento do século XVIII e como principal inimigo do empreendimento civilizador encampado pelas revistas acadêmicas. O curioso é que o ânimo progressista, letrado e cristão dos acadêmicos, bem como o anseio de harmonizar literatura e nação, que presidiam essa publicação, mormente os ensaios sobre política, jurisprudência, filosofia, história e educação, contrastavam com o fascínio pelo ceticismo e pela descrença byroniana que predominava nos textos literários (em particular, nos poemas) nela publicados. Todavia, para Garmes (2006, p.122),

[...] o conflito entre as ideias de crença que orientaram a criação do Instituto Literário Acadêmico e o fascínio pelo ceticismo como tema literário não chega a criar um paradoxo, visto a expressão da descrença ser de natureza quase que exclusivamente intimista, não se confrontando, de fato, com as ideias sociais e políticas por eles manifestadas. A própria existência dos *Ensaio literários* e dos demais periódicos demonstra que a afirmação da prática literária pode conter sua negação.

Daí que a oposição crença *versus* descrença, proposta pelos acadêmicos já na introdução do periódico, expõe o problema de modo a deixá-lo deliberadamente

pelo aparelho de Estado e a falta de um mercado financeiramente rentável se encarregariam do resto”.

em aberto, possibilitando assim o trânsito entre a crença social e a descrença como motivo estético.

Se essa conclusão é válida para o periódico no qual AA participou ativamente e publicou sua tradução de Jacques Rolla (na qual o ceticismo é a tônica dos comentários que a acompanham), talvez não se possa dizer o mesmo sobre o conjunto de sua obra. Nela, o ceticismo não parece se resumir a uma atitude estética ou à esfera intimista, sem qualquer vínculo com as ideias sociais e políticas de seu autor. Há momentos mesmo em que elas parecem contaminar o intimismo, respondendo como uma das fontes do pessimismo ou ceticismo dominantes na lírica azevediana – assim como o *mal du siècle* que assolou a geração de Musset e demais *cadets du Romantisme*, na sua aparente indeterminação, era, na verdade, resultado das decepções que se seguiram às jornadas revolucionárias de julho de 1830 e o advento da burguesia *louis-philipparde*, conforme demonstrou Paul Bénichou em *L'école du désenchantement*²⁶.

Em síntese, pode-se dizer que esse ceticismo, presente no conjunto da produção azevediana, preside o enraizamento do mito fáustico em contexto acadêmico local e parece se justificar pela percepção do poeta a respeito da impossibilidade de se alcançar os ideais almejados em seus discursos acadêmicos. É a descrença em ver realizado na prática aquilo que propunha a constituição sobre a educação básica e a criação universitária. Descrença em se alcançar o auto-desenvolvimento pleno, em vista da limitação de um contexto acadêmico, intelectual, cultural, profissional e político tão mesquinho. Descrença no poder de saciar a sede faustiana (referida por Weber) de um conhecimento totalizante, onde imperava uma formação restrita à jurisprudência (sem sequer o acesso à diversidade do conhecimento universitário) e que não só deixava a desejar, como tendia a assumir um caráter puramente ornamental. Descrença ainda em relação à possibilidade de se alcançar a posição privilegiada e o papel de vanguarda idealizados para a intelectualidade acadêmica, vista como mentora e não como subordinada às diretrizes conservadoras impostas pelo Estado. Por último, descrença, evidentemente, quanto a possibilidade dessa elite intelectual ser a expressão da soberania popular.

²⁶ Muito embora em Musset associe o desgosto e o pessimismo amargo dos «moços cheios de força e audácia, filhos do Império e netos da Revolução» (MUSSET, [19--], p.16) com o contexto pós-1815, Bénichou (1992) adverte que esse não era o horizonte específico de sua geração, já pelo fato de que o poeta contava com cinco anos quando Napoleão caiu. Na verdade, diz ele, a «doença dos jovens corações» se situa numa época posterior, «pouco antes e após 1830. O desencanto febril, o abatimento mortal de que fala Musset, a **desesperança** que ele conhece tão bem apareceram então; eles cresceram, face ao prosaísmo nos dias seguintes a julho, na juventude de então». (BÉNICHOU, 1992, p.178). Vale, no mesmo livro, o estudo sobre Voltaire e o ceticismo de Musset, tendo em vista as considerações de AA no ensaio sobre *Jacques Rolla*.

Esse ceticismo de AA não se refere apenas aos anseios e à destinação da intelectualidade acadêmica, mas, ao que parece, diz respeito também ao malogro dos ideais liberais e democráticos, bem como das tentativas emancipatórias em outros segmentos da vida política e social da **jovem** nação. Arlenice Almeida reconhece no pessimismo de *Noite na taverna* não só o sentimento universal de desencanto pela falência dos ideais revolucionários europeus, mas principalmente a desilusão advinda da frustração de certas manifestações emancipatórias locais, como as revoltas provinciais da Regência, que, violentamente reprimidas no seu anseio descentralizador, liberal ou mesmo autonomista, vieram engrossar a lista de outras tentativas abortadas que datam desde fins do século XVIII estendendo-se até meados do século seguinte. A presença desse pessimismo de AA no seio da mocidade acadêmica paulistana, destinada a compor os quadros do aparelho de Estado tão logo formada, parece corroer o que Alencar denominava de “espírito burocrático” reinante no tempo, decorrência da centralização da máquina estatal com vistas a conter, justamente, essas rebeliões provinciais. Embora não se possa saber, em virtude de sua morte precoce, se AA viria a contrariar o destino de ministro que lhe ambicionava o pai juiz, o certo é que o ceticismo dominante em textos como *Noite na taverna* servia de arma crítica e de lamento pelos ideais do século também entre nós (ALMEIDA, 1995). Trata-se de uma hipótese engenhosa, de relevância histórico-política, que talvez precisasse ser confirmada em outros momentos da obra azevediana de modo mais evidente do que em *Noite na taverna*. Algo dessa confirmação poderia, provavelmente, ser encontrada em *Macário*. Os próprios discursos aqui evocados (além da citada carta ao pai) talvez pudessem servir de comprovação, em vista de seu teor de crítica social e política, embora sem denunciar o germe da descrença absoluta. O mesmo vale para as duras críticas presentes nos versos de “Rex lugebit” e mais ainda nos de “Pedro Ivo” (cujo nome, afinal, está associado à mais radical das revoltas liberais entre nós²⁷), embora também esse canto de indignação e protesto esteja longe da desistência cética.

²⁷ No poema sobre “Pedro Ivo”, aliás, ao tratar do líder da Revolução Praieira chega a estabelecer a ponte com outra revolução liberal pernambucana – a Confederação do Equador – ao evocar o episódio bárbaro da cabeça de João Guilherme Ratcliff, português de origem irlandesa e oficial de secretaria em Lisboa que lavrou o decreto que bania a rainha Carlota Joaquina por se recusar a jurar a Constituição portuguesa, sendo, em razão disso, odiado por ela. Com a vitória absolutista em 1824, veio fugido para o Brasil, onde se aliou aos partidários da Confederação do Equador e teve o mesmo fim trágico ou ainda mais bárbaro que o de frei Caneca e demais companheiros. Pedro I ordenou que fossem julgados rapidamente e, apesar da mobilização da maçonaria para tentar obter o perdão, foram condenados à força e executados. No caso de Ratcliff – que se referia ao imperador como *despote jeune et vindicatif* –, reza a lenda que, depois de executado, teve a cabeça separada do corpo e conservada em salmoura para ser enviada a Carlota Joaquina como um presente macabro do filho... (cf. LUSTOSA, 2006, p.181-82).

A própria Arlenice Almeida lembra ainda de passagem dois versos de “12 de Setembro”, poema recolhido nos *Esparsos* em que o eu lírico, ao invés de celebrar a vida no dia de seus anos, tenta em vão alentar sua **esperança morta** e voltar-se para o **porvir**, pois sua **alma só canta a sepultura**. Mas outros versos do mesmo poema são também relevantes para se compreender as razões de tamanho desalento. São elas, justamente, a referida crise dos ideais revolucionários e a esterilidade da **terra inculta** onde nasceu o **pobre sonhador** que, por isso, não vê germinar nenhum ideal nem pode contar com o reconhecimento de uma multidão – agora qualificada como **estulta**:

XII

São tristes deste século os destinos!
Seiba mortal as flores que despontam
 Infecta em seu abrir –
E o cadafalso e a voz dos Girondinos
Não falam mais na glória e não apontam
 A aurora do porvir!

XIII

Fora belo talvez, em pé, de novo,
Como Byron surgir, ou na tormenta
 O herói de Waterloo
Com sua ideia iluminar um povo,
Como o trovão nas nuvens que rebenta
 E o raio derramou!

XIV

Fora belo talvez sentir no crânio
A alma de Goethe e reunir na fibra
 Byron, Homero e Dante;
Sonhar-se num delírio momentâneo
A alma da criação e o som que vibra
 A terra palpitante...

XV

Mas ah! o viajor nos cemitérios
Nessas nuas caveiras não escuta
 Vossas almas errantes,
Do estandarte da sombra nos impérios
A morte – como a torpe prostituta –
Não distingue os amantes.

XVI

Eu pobre sonhador – em terra inculta,
Onde não fecundou-se uma semente
 Convosco dormirei,
E dentre nós a multidão estulta
Não vos distinguirá a fronte ardente
Do crânio que animei... (AZEVEDO, 2002a, p.256-257).

Os versos desse poema reaparecem com poucas variações e outra ordenação estrófica em “Um canto do século”, que integra os inacabados “Hinos do profeta”, no final da 1ª parte da *Lira*. Se, dentre essas variações de “Um canto do século”, AA altera os dois versos que remetem criticamente à sua **terra inculta**, subjetivando-a (pois agora é o **eu** que é comparado à **terra inculta onde não fecundou-se uma semente**²⁸), ele não deixa de mencionar em outra estrofe o sonho revolucionário que o animou, antes da desilusão que o assola:

Meu sonho foi a glória dos valentes,
De um nome de guerreiro a eternidade
 Nos hinos seculares,
Foi nas praças, de sangue ainda quentes,
Desdobrar o pendão da liberdade
 Nas frentes populares! (AZEVEDO, 2002a, p.122-123).

Sem me ater à busca de outros momentos, lembro por fim que esse ceticismo chega a contaminar o próprio mito da adolescência aqui abordado, que parece, assim, ver comprometida sua dimensão positiva, moderna, revolucionária e voltada ao porvir, apontada por Liu e Moretti, dando ênfase apenas àquele aspecto negativo evidenciado por Ariès, em relação ao mal do século. Esse pessimismo parece se formalizar na apropriação de uma tópica recorrente desde a literatura clássica e cristã, que responderia por todas aquelas imagens antitéticas que vim anunciando desde o repasse das principais obras de AA. É dessa tópica – e de sua transformação – que eu gostaria, por fim, de tratar.

Puer senex

A fala de um descrido nos beijos de uma criança; vinte anos, mas um coração de quarenta; a velhice na flor da mocidade; o misto, enfim, de frescor

²⁸ Não posso deixar, todavia, de registrar que, apesar do trabalho criterioso de Silva Ramos na edição crítica das *Poesias completas* de AA, não descarto de toda a possibilidade de alguma gralha ter levado, desde a edição príncipe, a se ler *em* por “... **eu**, terra inculta...” (ou o contrário). (AZEVEDO, 2002a, p.126).

juvenil e fatigada senilidade... Tudo isso, creio eu, permite alguma aproximação (que não descarta diferenças significativas) com a tópica do *puer senex*, identificada por Curtius (1975) em clássico estudo²⁹. Depois de demonstrar a presença do louvor a essa fusão de maturidade e juventude em autores clássicos como Cícero (*Cato Maior*), Virgílio (sobre a maturidade viril do adolescente Iulo) e Ovídio (que fala nas *Ars* dessa fusão como um dom do céu outorgado apenas a imperadores e semideuses), além de Valério Máximo, Estácio, Apuleio e Claudiano, entre outros, Curtius afirma que o *puer senilis* vai se constituir em tópica na passagem do século I ao II, alegando que essa aspiração de “nivelar a polaridade jovem-velho” é própria do estado de espírito das épocas tardias. Nota ainda que essa imagem encontra correlato na tradição cristã (Tobias, Salomão, S. Gregório Magno...) onde também se converte em lugar comum da hagiografia.

Embora Curtius não o diga, o *puer senex* (ou *adulescens-senilis* como preferem alguns estudiosos) se inscreve no típico esquema hagiográfico da **precocidade**, da maturidade antes do tempo do menino predestinado à santidade³⁰. Curtius nota, entretanto, que o *tópos* vai se conservar como esquema panegírico em obras profanas e religiosas até o século XVII, muito embora já tivesse “se degenerado em joguete maneirista” nas poéticas latinas do XII e XIII. Como esquema panegírico, aliás, ele está presente no elogio de nobres e reis até muito depois, visto que (para trazer a questão para o horizonte histórico que nos interessa) é possível reconhecer o emprego do *puer senex*, por exemplo, no louvor à “maturidade precoce” e à “prodigalidade intelectual” do **adolescente** Pedro II, durante a preparação do golpe de maioridade, como se vê em passagens como esta, de um jornal da época:

[...] não soubesse o quanto o desenvolvimento intelectual desse Príncipe excede à sua idade deixando ver em tão verdes anos, tal grau de penetração e discernimento, que faria honrar a mais um estadista afeito, pela experiência e pelo estudo ao conhecimento difícil dos homens. (SCHWARCZ, 1998, p.70-71).

Voltando a AA, o detalhe ou a coincidência curiosa é que Curtius exemplifica a tópica com um dos santos padres do Deserto que se chamava justamente... **Macário!** Não soubéssemos já a procedência do nome do protagonista de AA, que Décio de Almeida Prado (1996, p.125) associou a Robert Macaire³¹, seríamos talvez tentados

²⁹ Além de Curtius, cf. Marly de Bari Matos (2005). Devo a indicação da tese a João Ângelo Oliva.

³⁰ Cf. Hombergen (2003).

³¹ Almeida Prado pensa apenas no personagem levada à cena francesa por Lemaître e, no Brasil, por João Caetano (a que se refere o próprio AA em “Carta sobre a atualidade do teatro entre nós”). Mas AA pode ter travado contato com ele por outros meios, pois não se pode esquecer que esse personagem popularíssimo migrou para a imprensa ilustrada, onde figurou na série de cem litografias feitas por Daumier para *Le Cherivari*, com a qual travou contato Araújo Porto-Alegre durante sua estada parisiense, recriando-a na sua *Lanterna Mágica* (1844-45), onde Robert Macaire e seu

a reconhecer uma alusão a esse **menino-ancião** de Alexandria, cuja identidade se confunde por vezes com a de seu homônimo do Egito, denominado em contrapartida de S. Macário, o velho³². Em todo caso, não é rara a sobredeterminação das alusões contidas nas obras de AA, remetendo a mais de uma referência, de modo que o nome do pupilo de Satã pode não ser uma exceção, só que promovendo com isso uma subversão algo herética da tópica. Além do que, em AA, o *tópos* ganha em AA contornos mais soturnos, que chegam quase a subvertê-lo: no lugar de louvor à precocidade, o jovem, em sua maturidade (ou senilidade), está na posse de um conhecimento muito além de sua idade, mas que não traz realização e se reveste de um sentimento de pesar, de cansaço, de descrença, em suma.

Mas, para não forçar a nota, podemos sustentar essa associação com o *puer senex* à revelia da coincidência de nomes e sem ter de apelar para esquemas arquetípicos, como chega a fazer o próprio Curtius à dada altura. No contexto romântico de valorização da juventude, penso eu, é possível reconhecer a retomada da tópica no próprio retrato do gênio incompreendido, a exemplo de Thomas Chatterton, o *marvelous boy* de Bristol, evocado por Penseroso a dada altura da peça³³, e cuja imagem foi lida por K. K. Ruthven em associação com o *puer senex*. Pensando no contraste entre o jovem Chatterton e a *persona* do velho monge Rowley, a quem ele delega a voz lírica e a (falsa) autoria dos poemas quinhentistas por ele mesmo forjados, diz Ruthven (2004, p.356-357):

A aparência física desse garoto antiquário que foi velho além de seus anos associou Chatterton com um ícone do tempo deslocado, o *puer senilis* ou *puer senex* (o menino/velho). Nos termos de William Wordsworth, Chatterton era a “Criança” que foi “Paí do Homem” Rowley; nos de Dante Gabriel Rossetti, expunha a “virilidade de Skakespeare no coração desvaído de um menino”. Como um velho garoto cujo temperamento joco-sério lhe confere um conhecimento que o caracteriza paradoxalmente como um “triste trocista”, Chatterton personificou esse paracronismo inventado em 1760, o “moderno-

comparsa Bertrand aparecem encarnados pelo par Laverno-Belchior e aclimatados, assim, ao cenário carioca. Cf. Salgueiro (2003).

³² Para Hombergen (2003) os dois “Macários” (pseudônimos, como ocorre com os demais padres do deserto) podem se referir a uma só pessoa, o que ajudaria a confirmar ainda mais o retrato do *puer senex*.

³³ “Sou rico, moço, morrerei pouco mais velho que o desgraçado Chatterton” (AZEVEDO, 2002b, p.83). Magalhães Jr. (1962) idêntica, em outros momentos de *Macário*, a presença desse drama de Vigny sobre a vida de Chatterton, que é também comentado detidamente pelo próprio AA no ensaio sobre George Sand, comparando o *Aldo o rimador*, desta, com o *Chatterton* de Vigny (ver Azevedo, 1942). Além disso, AA diz em carta de 01/03/1850 a Silva Nunes que tinha escrito um “fragmento de poema” (nunca encontrado) em linguagem arcaica como os do monge Rowley, forjado por Chatterton, e das *Sextilhas de Frei Antão*, de Gonçalves Dias – desvelando o diálogo significativo entre esses dois poetas, que busquei examinar em “Nos tempos de Antão” (CAMILO, 1998-1999).

antigo” [...]. Era como se, ao fazer seus poemas antiquados para poder torná-los de Rowley, Chatterton tivesse, inevitavelmente, afligido a ele mesmo. “A pessoa de Chatterton, como seu gênio, era prematuro”, observou George Gregory em 1789: “ele tinha uma coragem e uma dignidade além de seus anos.

Assim, se Freyre estava certo ao associar a valorização do jovem no Segundo Reinado com a figura do imperador – ou mesmo, se quisermos acrescentar, com a representação da **jovem nação**, que paradoxalmente se forma com base numa velhice institucional –, digamos então que a imagem do adolescente como *puer senex*, concebida pelo autor da *Lira dos vinte anos*, poderia ser lida como o retrato em negativo da maioridade imperial.

CAMILO, Vagner. Álvares de Azevedo, Faust and the myth of the romantic adolescent in the student-political context of the Second Empire. **Itinerários**, Araraquara, v.33, p.61-108, July/Dec., 2011.

- **ABSTRACT:** *The aim of this essay is to analyze the figure of the adolescent in Álvares de Azevedo's work, avoiding the recurrent association of this figure with the poet's biography, and to propose that this figure be understood as a romantic myth literarily constructed. The adolescent is examined in the light of the romantic idealizations, taking in account the historical and political context of the Segundo Reinado (1840-1889), a period characterized by the transition from patriarchy to modern individualism in Brazil. In this context of transition, marked by continuities rather than ruptures, the essay examines the contradictory ways of facing individualism among the academic youth, and the position taken by Azevedo in relation to those ideals. His political position is defined by the contrast between his commitment, expressed in speeches and letters, and an utter disbelief, perceived in his poetic and fictional production. This dual attitude of the poet and its political-historical foundations explain the resurgence of both the Faustian myth (as a myth of modern individualism) and the myth of adolescence associated with the classic topic of the puer-senex, or the adulescens-senilis.*
- **KEYWORDS:** *Álvares de Azevedo. Adolescent. Puer-senex. Brazilian Empire. Faust. Individualism. Liberalism.*

Referências

ADORNO, S. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGUIAR, E. **O canto dos abismos:** a adolescência de AA. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.

ALMEIDA, A. Uma noite contra o espírito burocrático. In: ALMEIDA, Arlenice et al. **O banquete de Caliban**: edição comentada de “A noite na taverna” de Álvares de Azevedo. São Paulo: Selinunte, 1995. p.109-116.

ALVES, C. **O belo e o disforme**: Álvares de Azevedo e a ironia romântica. São Paulo: EDUSP, 1998.

ANDRADE, M. de. Amor e Medo. In: _____. **Aspectos da Literatura Brasileira**. São Paulo: Martins, 1974. p. 199-229.

ARIÈS, P. **Essais de mémoire**: 1943-1983. Paris: Seuil, 1993.

AZEVEDO, M. A. Álvares de. **Poesias completas**. Edição crítica Péricles E. da Silva Ramos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2002a.

_____. **Teatro de AA**: Macário/Noite na taverna. São Paulo: Martins Fontes, 2002b.

_____. **Obras completas de...** São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1942, v.2.

BALZAC, H. de. **Le lys dans la vallée**. Paris: Charpentier Libraire-Éditeur, 1859.

BÉNICHOU, P. **L'école du désenchantement**: Sainte-Beuve, Nodier, Musset, Nerval, Gautier. Paris: Gallimard, 1992.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade Trad. de Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTHIER, P. A viagem à Itália. In: BRICOUT, B. (Org.). **Os mitos literários do Ocidente**. Trad. de Lelita O. Benoît. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p-191- 215.

BOSI, A. Imagens do romantismo no Brasil. In: GUINSBURG, J.; ROSENFELD, A. (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985. p.239-260.

BRASIL. **Lei n. 261 de 3 de dezembro de 1861, reformando o Código do Processo Criminal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM261.htm>. Acesso em: 28 nov. 2011.

_____. **Constituição política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 28 nov. 2011.

BROWN, M. Passion and love: anacreontic song and the roots of Romantic lyric. **English Literary History**, Baltimore, v.66, n.2, p.373-404, Summer 1999.

BURKE, P. **Cultura popular na idade moderna**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMILO, V. Nos tempos de Antão. **Revista USP**, São Paulo, n.40, 1998-1999.

_____. **Risos entre pares**: poesia e humor românticos. São Paulo: EDUSP, 1997.

CAMPOS, H. de. **A arte no horizonte do provável**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

CANDIDO, A. **Na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2008.

_____. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. **Iniciação à literatura brasileira**: resumo para principiantes. São Paulo: Humanitas, 1997.

_____. **Recortes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

_____. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Introdução. In: AZEVEDO, M. A. Álvares de. **Os melhores poemas de...** São Paulo: Global, 1985a. p.09-24.

_____. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1985b.

_____. Álvares de Azevedo, ou Ariel e Calibã. In: _____. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981a. v.2. p.178-193.

_____. A crítica viva. In: _____. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981b. v.2. p.357-369.

CARAPUCEIRO [pseud. Padre Lopes Gama]. Definição de um jovem. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 jan 1840. Paginação irregular.

CHARTIER, P. Os avatares de Fausto. In: BRICOUT, B. (Org.). **Os mitos literários do Ocidente**. Trad. de Lelita O. Benoît. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.148-175.

COELHO, M. A. **Muito siso e pouco riso**: a comédia conservadora de França Júnior. São Paulo: Linear B, 2008.

CURTIUS, E. R. El mundo al revés e el niño y el anciano. In: _____. **Literatura europea y Edad Media latina**. Trad. de Margit Frenk Alatorre y Antonio Alatorre. México: Fondo de Cultura, 1975. p.149-153

D'INCAO, M. Â.. O amor romântico e a família burguesa. In: _____. **Amor e família no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1989. p.57-71.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. v.1.

FRIEDRICH, H. **Estrutura da lírica moderna**. Tradução de Marise N. Curioni. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

GARMES, H. **O Romantismo paulista**: os ensaios literários e o periodismo acadêmico de 1833 a 1860. São Paulo: Alameda, 2006.

GAY, P. **A paixão terna**: a experiência burguesa: da rainha Vitória a Freud. Tradução de Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOMES, E. **Prata da casa**. Rio de Janeiro: A Noite, [19--].

HADDAD, J. A. **Álvares de Azevedo, a maçonaria e a dança**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1960.

HIRSCHMAN, A. O. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Tradução de Lúcia Campello. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBSBAWM, E. As artes. In: _____. **A era das revoluções**: 1789-1848. Trad. de Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.275-299.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

HOMBERGEN, D. **Literatura monástica latina dos primeiros séculos**: introdução ao autor e ao texto. Roma: Cúria Geral da Ordem Cisterciense, 2003. Disponível em: <http://www.cisterbrihuega.org/fondodoc/formacion/2003/por/por_hombergenI.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2010.

INNOCENIO, F. R. S. **Um Fausto e seu Mefistófeles**: o mito de Fausto na obra Macário, de Álvares de Azevedo. 2007. 174f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

JAROUCHE, M. M. **Sob o Império da Letra**: imprensa e política no tempo das Memórias de um Sargento de Milícias. 1997. 335f. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) – Itinerários, Araraquara, n. 33, p.61-108, jul./dez. 2011

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

JAUSS, H. R.. La douceur du foyer: la lírica en 1857 como ejemplo de transmisión de normas sociales. In: WARNING, Rainer (Coord.). **Estética de la recepción**. Trad. de Ricardo Sánchez. Madrid: Visor, 1989. p.251-275.

LAVELLE, P. **O espelho distorcido**: imagens do indivíduo no Brasil oitocentista. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

LIU, A. **Wordsworth**: the sense of history. Stanford: Stanford University Press, 1989.

LUSTOSA, I. **D. Pedro I**: um herói sem nenhum caráter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MAGALHÃES JUNIOR, R. **Poesia e vida de Álvares de Azevedo**. São Paulo: Editora das Américas, 1962.

MARTINS, L. **O patriarca e o bacharel**. São Paulo: Alameda, 2008.

MATOS, M. de B. **O estudo da puerícia nos textos dos séculos I e II d.C.** 2005. 275f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MORAES, C. D. de. **Três fases da poesia**. Rio de Janeiro: MEC, 1960.

MORETTI, F. **The way of the world**: the Bildungsroman in European culture. London: Verso, 1987.

MUSSET, A. de. **A confissão do filho do século**. Trad. de Paulo M. Oliveira e Adelaide P. Guimarães. São Paulo: Atena, [19--].

NABUCO, J. **O dever dos monarquistas**: Carta ao Almirante Jaceguay. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

NASCIMENTO, M. I. M. O Império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889). In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.;

NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acesso em: 20 jul. 2010.

OUTEIRAL, J. O spleen na adolescência. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo. **Proceedings...** São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100021&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 maio 2010.

PRADO, D. de A. Um drama fantástico: Álvares de Azevedo. In: _____. **O drama romântico brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 1996. p.119-142.

PRAZ, M. **A carne, a morte e o diabo na literatura romântica**. Trad. De Pholadelpho Menezes. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

ROUGEMONT, D. de. **O amor e o ocidente**. Trad. de Paulo Brandi e Ethel B. Cachapuz. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da educação**. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RUSSO, R. T. Uma leitura da adolescência em Álvares de Azevedo. In: ALMEIDA, Arlenice et al. **O banquete de Caliban**: edição comentada de “A noite na taverna” de Álvares de Azevedo. São Paulo: Selinunte, 1995. p.148-155.

RUTHVEN, K. K. Preposterous chatterton. **English Literary History**, Baltimore, v.71, n.2, p.356-357, Summer 2004.

SALGUEIRO, H. A. **La comédie urbaine**: de Daumier à Porto-Alegre. São Paulo: MAB, 2003. 1 CD-ROM.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, N. W. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VERÍSSIMO, J. **História da Literatura Brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

_____. **Estudos de Literatura Brasileira, 2ª série**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977.

WATT, I. **Mitos do individualismo moderno**. Trad. de Mário Pontes. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. de M. Irene Smrecsányi e Tamás Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WILLIAMS, Ra. **Cultura e sociedade: 1780-1950**. Trad. de Leonidas H. B. Hegenberg). São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1969.

WORDSWORTH, W. My Heart Leaps up when I Behold. In: _____. O olho imóvel pela força da harmonia. Tradução de Alberto Marsicano e John Milton. Cotia: Ateliê, 2008, p.72-73.

